



Correio

O JORNAL DE CARAJÁS



Fundado em 15 de Janeiro de 1983
Marabá | Pará | Brasil • Preço do Exemplar: R$ 2,00

www.correiodecarajas.com.br

94 99135-0101
Ano XLI - Edição 4201
4 e 5 de junho de 2024



Veículo com o carregamento ilegal de minério foi apreendido no domingo

NO SALOBO

SEGURANÇAS DA VALE IMPEDEM FURTO DE 19 TONELADAS DE MINÉRIO

Quase um roteiro de filme de cinema a ousadia de um invasor da área do projeto Salobo, mina que fica no município de Marabá, porém próximo à cidade de Parauapebas. Wanderson Alves dos Santos foi detido sob acusação de tentar sair das instalações da mineradora Vale ao volante de um caminhão que transportava ilegalmente 19 toneladas de material de origem mineral. A ação ocorreu durante a madrugada de domingo (2). Segundo divulgado pela Polícia Militar, a equipe de segurança da empresa informou que somente o veículo estava autorizado a deixar o local, mas sem a carga.

Caderno B1

Foto: Divulgação



SAÚDE

Cidades do Pará vão receber doses da vacina da dengue

Cinco municípios da Grande Belém e 17 cidades da região de Carajás, no Pará, vão receber vacinas contra a dengue em remessa de quase 1 milhão de doses enviadas pelo Ministério da Saúde. No total, serão 656.172 doses de reforço e 335.200 doses de ampliação nesta quinta remessa para todo o Brasil. Marabá, Parauapebas, Itupiranga, entre outras, estão na lista.

Caderno A3



BUSCA

Avião é incendiado após ser apreendido pela PF em garimpo no Pará

Causa do incêndio ainda é desconhecida; equipe da PF esteve no local para periciar os destroços da aeronave.

Caderno A3

PARÁ

Mais de 40 são presos durante a Operação Corpus Christi

No Pará, 44 pessoas foram presas pela Polícia Civil, entre o último dia 30 de maio e esta segunda-feira (3), período em que durou a Operação Corpus Christi. O balanço final das ações foi divulgado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), que mobilizou mais de mil agentes em 30 localidades no território paraense.

Caderno A3

GARIMPO

Brasil tem o desafio de saber número de garimpeiros no país

Relatório mostra que estimativa varia de 80 mil a 800 mil.

Caderno A4

XINGUARA

Mulher é morta a tiros dentro do próprio carro

Caderno B2

CANAÃ

Suspeito de atirar para assustar a companheira é preso

Caderno B4



EMPREENDEDORISMO

DOCE, LUCRATIVO E SUSTENTÁVEL

Família empreendedora revela como criou mel de açaí, diversificou a produção com cosméticos e, agora, influencia vizinhos e estudantes na zona rural de Breu Branco. Saiba mais em reportagem especial do CORREIO.

Caderno A4 a A8

BREJO DO MEIO

Suspeito é localizado na mata com veículo roubado

Caderno B4

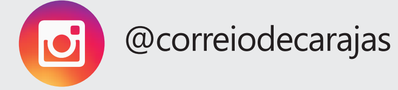
MISTÉRIO

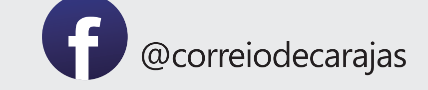
Locutor é executado em Novo Repartimento

Os assassinos já foram identificados. As primeiras informações da investigação indicam que o assassinato pode estar relacionado ao tráfico de drogas.

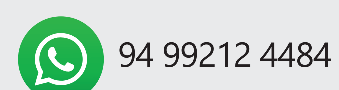
Caderno B4

REDES SOCIAIS









CLASSIFICADOS: 2101-1730 – classificados.jornal@ grupocorreio.com.br • ASSINATURAS: 2101-1730 – assinaturas.jornal@ grupocorreio.com.br
ATENDIMENTO AO LEITOR: 2101-1730 • ANÚNCIOS: comercial.jornal@grupocorreio.com.br • REDAÇÃO: redacao@grupocorreio.com.br

CORRIDA ESPACIAL

Chineses pousam na lua em missão não tripulada atrás de amostras de solo

A China pousou uma espaçonave não tripulada no outro lado da lua neste domingo, superando um obstáculo chave em sua missão histórica para recolher as primeiras amostras do solo e de rochas do hemisfério lunar escuro.

O pouso eleva o status de potência espacial da China em uma corrida global à lua, na qual os países, incluindo os Estados Unidos, esperam explorar minerais lunares para sustentar missões de longo prazo de astronautas e bases lunares dentro da próxima década.

A nave Chang'e 6, equipada com uma série de ferramentas e seu próprio lançador, pousou em uma gigantesca cratera de impacto chamada South Pole-Aitken Basin, no lado da lua voltado ao espaço, às 6h23, horário de Pequim, segundo a Agência Espacial Nacional da China.

A missão "envolve várias inovações de engenharia, altos riscos e grande dificuldade", disse a agência, em um comunicado no seu site. "As cargas transportadas pelo módulo de pouso Chang'e-6 funcionarão conforme planejado e realizarão missões de exploração científica."



Objetivo é recolher amostras de solo do lado voltado ao espaço

A missão bem-sucedida é a segunda da China ao outro lado da lua, uma região à qual nenhum outro país chegou. O lado da lua perpetuamente voltado para longe da Terra é pontilhado por crateras profundas e escuras, dificultando as comunicações e operações robóticas de pouso.

Considerando esses desafios, especialistas lunares e espaciais envolvidos na missão Chang'e-6 descreveram a fase do pouso como o momento em que a chance de fracasso é maior.

"Pousar no outro lado da lua é muito difícil porque você não tem comunicação na linha de visão, está dependendo de muitos elos da cadeia para controlar o que está acontecendo ou tem que automatizar o que está acontecendo", disse Neil Melville-Kenney, um técnico da Agência Europeia Espacial trabalhando com a China em uma das cargas do Chang'e-6.

"A automatização é muito difícil, especialmente em altas latitudes porque você tem sombras longas, que podem ser confusas para quem está pousando", acrescentou Melville.

A sonda Chang'e-6 foi lançada em 3 de maio no foguete Long March 5, da China, do Centro de Lançamento de Satélite Wenchang, na ilha de Hainan, no sul, e chegou aos arredores da lua cerca de uma semana depois, antes de estreitar sua órbita em preparação para o pouso.

A Chang'e-6 marca o terceiro pouso lunar do mundo neste ano: o módulo de pouso Slim, do Japão, aterrissou em janeiro, antes do módulo de pouso da startup norte-americana Intuitive Machines, no mês seguinte.

Os outros países que enviaram espaçonaves ao vizinho mais próximo da Terra foram a então União Soviética e a Índia. Os EUA são o único país que colocou humanos na lua, começando em 1969.

AMOSTRAS DA LUA

Usando uma colher e uma furadeira, o módulo de pouso Chang'e 6 buscará coletar 2 kgs de material lunar ao longo de dois dias e trazê-lo de volta à Terra.

As amostras serão transferidas para um foguete de propulsão em cima do módulo de pouso, que será lançado de volta ao espaço, acoplando-se em outra espaçonave na órbita lunar, e retornará, com a expectativa de que pouse na região da Mongólia Interior, na China, em 25 de junho.

Se tudo correr como planejado, a missão fornecerá à China um registro em perfeitas condições da história de 4,5 bilhões de anos da lua e produzirá novas dicas sobre a formação do sistema solar. Também permitirá uma comparação sem precedentes entre a região escura e inexplorada e o lado da lua mais bem compreendido que está voltado à Terra. **(ABr.)**



Nagilson Amoury

VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS

Segundo a OMS, a violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Os atos violentos podem ser classificados em: violência auto infligida, violência coletiva, violência interpessoal e violência contra a criança.

Violência auto infligida: inclui o comportamento suicida (desde pensamentos até a busca de meios e planejamentos de suicídio) e autolesões (automutilações). Violência coletiva: infligida por grupos maiores, como Estados, milícias, organizações terroristas, crime organizado e outros.

Violência interpessoal: infligida por outro indivíduo ou grupo de indivíduos. Divide-se em intrafamiliar, aquela que se produz entre os membros da família, e comunitária, a que ocorre fora do lar entre indivíduos com algum tipo de relação (p. ex.: na escola);

A violência contra criança ou adolescente pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos a seu desenvolvimento. Pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o agressor e a criança ou adolescente. Incluem-se nessa categoria: violência estrutural, bullying, violência intrafamiliar.

Violência estrutural: que aparece devido às condições de vida, econômicas e sociais das crianças e adolescentes, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento (p. ex.: trabalho infantil e prostituição);

Bullying (violência entre iguais): todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, executadas entre iguais (estudantes, colegas de trabalho), em uma relação desigual de poder, sem motivação evidente, causando dor e angústia;

Violência intrafamiliar: todo ato ou omissão de pais, familiares ou responsáveis capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico a crianças ou adolescentes. De um lado, implica uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Como a criança vive basicamente no ambiente doméstico, a violência intrafamiliar é mais frequente e implica a posição de poder do mais forte, com invasão do corpo da criança ou adolescente. A criança e o adolescente são transformados em objetos de uso do adulto, que deveria agir como protetor; não se trata de uma escolha da vítima.

Essa violência que acomete, normalmente, mais de uma criança ou adolescente, é garantida e fortalecida pelo "Pacto do silêncio", fruto da ameaça do agressor e da conivência de outros familiares. Ocorre em todas as classes sociais, credos, raças ou etnias.

São definidos quatro tipos de maus-tratos contra crianças e adolescentes: negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. Negligência: omissão dos responsáveis pelas crianças e adolescentes, ao deixarem de prover suas necessidades básicas (abandono é a forma extrema de negligência).

Violência física: uso da força física intencional, inclusive com fins disciplinares - desde um simples tapa até agressões com instrumentos vários, armas brancas e de fogo, podendo levar à morte.

Violência psicológica: toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada e humilhação. Violência sexual: qualquer forma de prática sexual ou erótica com crianças e adolescentes por agressor com desenvolvimento psicossocial mais adiantado.

No Brasil, há poucos dados sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Em sua maioria, as informações são provenientes de registros de atendimento em Conselhos Tutelares, Delegacias e Centros de Referência para crianças e adolescentes vitimizados, em que a negligência figura como a principal violência notificada (cerca de 40 a 45%), seguida pela violência física (cerca de 30 a 35%), psicológica (cerca de 10%) e sexual (5 a 8%). O tema continua na próxima terça-feira.

*** O autor é médico especialista em cirurgia geral e saúde digestiva.**

VOZdoPOVO

vozdopovo@grupocorreio.com.br

Correção do FGTS

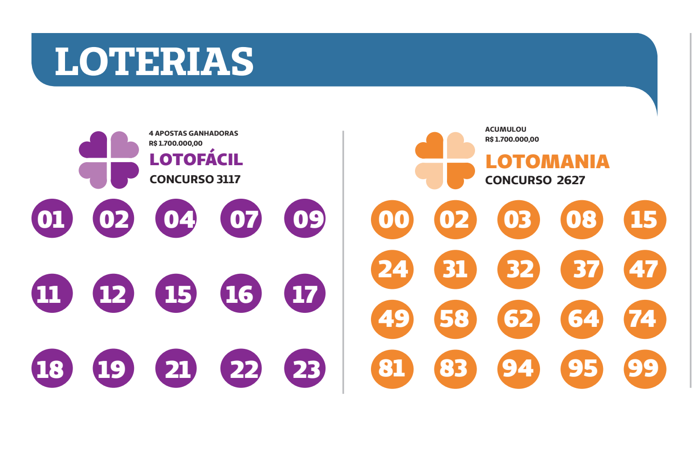
O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, marcou para 12 de junho a retomada do julgamento sobre a legalidade do uso da Taxa Referencial (TR) para correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A discussão sobre o índice de correção das contas do fundo foi interrompida em novembro do ano passado, após pedido de vista (mais tempo para análise) feito pelo ministro Cristiano Zanin. O processo foi devolvido para julgamento no dia 25 de março. O processo chegou a entrar na pauta do Supremo no início de abril, mas acabou não sendo chamada a julgamento.

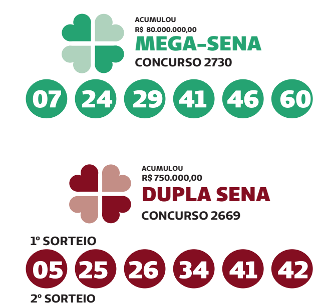


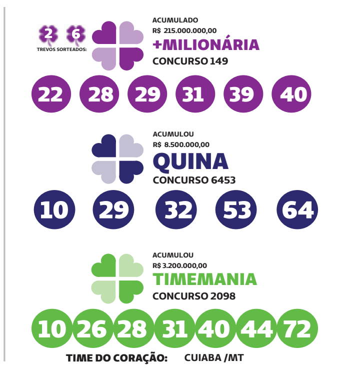
Correção do FGTS II

Até o momento, o placar é de 3 votos a 0 para considerar inconstitucional o uso da TR para remunerar as contas dos trabalhadores. Votaram nesse sentido o relator, Luís Roberto Barroso, e os ministros André Mendonça e Nunes Marques. Neste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ao STF uma proposta para destravar o julgamento do caso. A sugestão foi construída após consulta a centrais sindicais e outros órgãos envolvidos na causa. Em nome do governo federal, a AGU defendeu que as contas do fundo garantam correção mínima que assegure o valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da inflação. A proposta vale somente para novos depósitos a partir da decisão do STF e não se aplicaria a valores retroativos.

LOTERIAS







EDITADO POR:

Correio
O JORNAL DE CARAJÁS

FILIADO A:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

RADIODIFUSAO CARAJAS LTDA - ME.
C.N.P.J. 08.648.292/0001-85
Sede, Redação, Administração, Publicidade e Oficinas:
Folha 33, Quadra 28, Lote 22 - Nova Marabá
CEP: 68507-970 - Marabá-PA

Fundador: Mascarenhas Carvalho

Entre em contato com o CORREIO
Telefone: (94) 2101-1730
Website: www.correiodecarajas.com.br
E-mails: Redação: redacao@grupocorreio.com.br
Publicidades: comercial.jornal@grupocorreio.com.br
Classificados: classificados.jornal@grupocorreio.com.br
Assinaturas: assinaturas.jornal@grupocorreio.com.br
Impressos: vendasgrafica@grupocorreio.com.br

Diretor de Redação:
Patrick Roberto
Registro Profissional
Nº 1608 – DRT-PA

Gerente Comercial:
Mariuza Giacomin

Representante Comercial
Rio / São Paulo/Brasília /

Tábula – Veículos de Comunicação S/C Ltda:
ua Conceição de Monte Alegre, 448 – Casa 1 - Cidade Monções
CEP 04563-090 - São Paulo
SP - Tel: (11) 5507-5599

Sette Comunicação SRTVS:
Qd. 701 - Conj. D - Sala 509
Centro Empresarial
Asa Sul - CEP: 70340-000
Brasília-DF - Tel.: (61) 3226-5286

Tábula Rio de Janeiro:
Aster - Av. Henrique Valadares, 139, 3º Andar - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20231-030 - Tel.: (21) 2242-93 44.

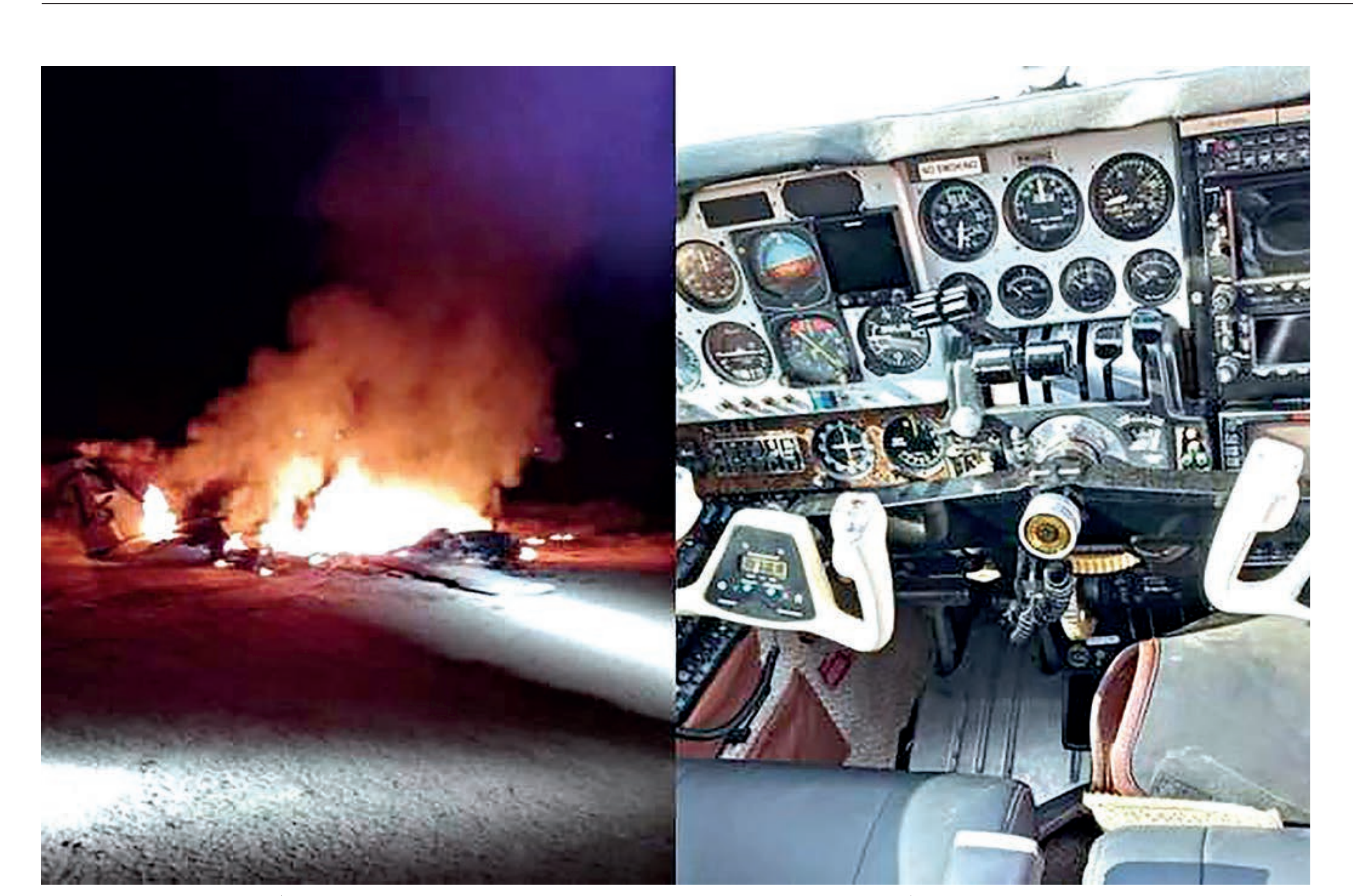
Conteúdo jornalístico nacional e internacional:
Agência Estado, Agência Brasil, Agência Graffo e GB Edições

Preço do Exemplar:
Zona Urbana: R$ 2,00
Outras Localidades: R$ 2,50
Números atrasados (até 1 ano): R$ 10,00

Tiragem Média: 6.200 exemplares

Periodicidade: Trissemanal (terças, quintas e sábados)
Circulação: Sul e Sudeste do Pará - Outras cidades: Consultar

Assinaturas: Anual (Marabá): R$ 280,00 | Semestral (Marabá): R$ 150,00 | Trimestral (Marabá): R$ 78,00 Outras cidades: Consultar



A causa do incêndio é desconhecida e uma equipe da corporação fez uma perícia nos destroços do avião

BUSCA

Avião é incendiado após ser apreendido pela PF em garimpo no Pará

Causa do incêndio ainda é desconhecida; equipe da PF esteve no local para periciar os destroços da aeronave

Um avião bimotor foi incendiado após ter sido apreendido pela Polícia Federal (PF), em uma operação conjunta com a Polícia Militar, no aeroporto de um garimpo em Itaituba, no Pará. O incêndio aconteceu na madrugada de sexta-feira, 31 de maio, e foi confirmado pela PF no sábado, 1º. A causa ainda é desconhecida e uma equipe da corporação faz uma perícia nos destroços do avião.

Conforme os agentes federais, os pilotos da aeronave foram presos em flagrante antes do incêndio e levados ao Posto Avançado da PF em Itaituba, que é parte da Delegacia de Santarém.

A operação começou na última quinta-feira, 30, quando policiais militares suspeitaram que um avião com drogas pousaria no aeroporto do garimpo do Creporizão, distrito de Itaituba. As investigações apontaram que a aeronave era clonada. Por isso, a PF, que é responsável por investigar esse tipo de crime, foi acionada. Durante uma revista no avião bimotor, foram encontrados galões de diesel e gasolina, mas nenhuma droga.

Segundo os agentes federais, o piloto principal estava com o certificado vencido desde 2020 e não podia pilotar. Ele e o copiloto já haviam sido presos por tráfico de drogas e respondem na Justiça pelo crime, além de operarem o avião clonado sem plano de voo.

Os dois foram autuados por expor a segurança do transporte aéreo e adulterar o identificador do veículo. Eles continuam presos na Unidade de Custódia e Reinserção de Itaituba depois de passarem por audiência de custódia.

PARÁ

Mais de 40 são presos durante a Operação Corpus Christi, segundo a polícia

No Pará, 44 pessoas foram presas pela Polícia Civil, entre o último dia 30 de maio e esta segunda-feira (3), período em que durou a Operação Corpus Christi. O balanço final das ações foi divulgado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), que mobilizou mais mil agentes em 30 localidades no território paraense.

Ao todo, foram 24.350 abordagens realizadas entre pessoas, motocicletas, embarcações, bares, veículos e ônibus.

Ainda nesta segunda-feira (3), o Departamento de Estado de Trânsito divulgou que o fim de semana prolongado pelo feriado de Corpus Christi encerrou sem mortes nas rodovias estaduais paraenses.

Os números apresentados pela Segup levam em consideração a produtividade de cada uma das forças de Segurança Pública do Estado. No caso, da Polícia Civil, por exemplo, durante a operação, foram registrados 401 boletins de ocorrência. Das 44 prisões, dez ocorreram dentro da "Lei Seca".

Pela Polícia Militar foram 177 adultos presos, 134 autos de prisão em flagrante e 8 atos infracionais.

A PM apreendeu um total de 57 armas, sendo 44 brancas; 3 de fogo; 4 de produção caseira; e 6 simulacros; além de 40 kg de entorpecentes.

PRAIAS E BALNEÁRIOS

O Corpo de Bombeiros registrou uma morte por afogamento durante a operação Corpus Christi 2024, nas praias e balneários paraenses.

Ao todo, os bombeiros realizaram 2015 abordagens e distribuiu 582 pulseiras de identificação para crianças.

Sobre os atendimentos de saúde, foram realizados 34 atendimentos pré-hospitalares pelas equipes de resgate e 69 pessoas atendidas por acidentes com animais aquáticos. **(Ag. Pará)**

SAÚDE

Cidades do sudeste do Pará vão receber doses da vacina da dengue

Cinco municípios da Grande Belém e 17 cidades da região de Carajás, no Pará, vão receber vacinas contra a dengue em remessa de quase 1 milhão de doses enviadas pelo Ministério da Saúde. No total, serão 656.172 doses de reforço e 335.200 doses de ampliação nesta quinta remessa para todo o Brasil.

Estão sendo vacinados adolescentes de 10 a 14 anos de idade em 1.735 cidades brasileiras.

Os municípios do sudeste do Pará que constam na lista são: Parauapebas: 5.840; São João do Araguaia: 323; Canaã dos Carajás: 1.669; Rondon do Pará: 952; Marabá: 5.750; Bom Jesus do Tocantins: 330; Itupiranga: 1.201; Abel Figueiredo: 138; São Geraldo do Araguaia: 538; São Domingos do Araguaia: 482; Nova Ipixuna: 290; Palestina do Pará:152; Curionópolis: 451; Brejo Grande do Araguaia: 161; Piçarra: 285 e Eldorado dos Carajás: 676.

Segundo o Ministério da Saúde a proteção completa contra casos graves e hospitalizações por dengue é feita com duas doses do imunizante incorporado no Sistema Único de Saúde (SUS).

Recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil comprou todo o estoque disponível de vacina de dengue disponível no mercado internacional.

O Ministério da Saúde alerta ainda que o controle da dengue é um esforço coletivo. Em dez minutos por semana, é possível eliminar criadouros e evitar água parada - medida que deve ser tomada durante todo o ano.

Grande Belém e Região do Carajás foram contempladas em nova remessa enviada pelo Ministério da Saúde. **(Da Redação)**

REPÓRTER Correio

Força Nacional

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou o uso da Força Nacional de Segurança em apoio à Polícia Federal (PF) nos municípios de Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará. Além disso, foi prorrogada a atuação da Força Nacional no Acre. No caso dos municípios do Estado do Pará, o apoio da Força Nacional à Polícia Federal será por 90 dias. Já no Acre, a atuação, estendida por mais 90 dias, tem como objetivo auxiliar o governo do Estado e os órgãos de segurança.

Eventos juninos

O Pará se prepara para as tradicionais festas juninas, e, para garantir a segurança nos eventos, a Polícia Civil do Pará, por meio da Diretoria de Polícia Administrativa (DPA), publicou a portaria nº 035/2024. O documento foi divulgado, no dia 29 de maio, no Diário Oficial do Estado (DOE), com as regras para a realização da festividade em todo o Pará. A portaria regulariza os eventos juninos que devem ocorrer exclusivamente entre 1º e 30 de junho de 2024.

Eventos juninos II

Os responsáveis pela realização das festas, deverão implantar medidas de auxílio à mulher em situação de perigo ou vulnerabilidade, disponibilizando espaços seguros e discretos nos estabelecimentos, onde as mulheres possam buscar ajuda ou relatar casos de violências. Conforme a lei, é necessário que esses espaços tenham canais de denúncia e apoio, aplicativos específicos ou cartazes informativos nos banheiros femininos, proporcionando o suporte adequado para casos de violência. Os responsáveis pela promoção de festas e outros eventos juninos devem requerer à Diretoria de Polícia Administrativa (DPA), da Polícia Civil, no prazo de três dias úteis antes do evento, o registro e a vistoria do local onde ocorrerá a programação para fins de concessão de licença.

Licença

A portaria determina que eventos festivos em estabelecimento de ensino somente terão a licença concedida pela DPA após a apresentação da autorização da direção da escola, da Licença de Fonte Sonora expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da licença do Corpo de Bombeiros Militar ou órgão equivalente. Nos eventos folclóricos, culturais e familiares será permitido somente o uso de som doméstico, ficando expressamente proibido o uso de aparelhagem sonora de qualquer porte. A portaria proíbe a realização de eventos festivos em locais que não obedeçam à distância mínima de 200 metros de hospitais e postos de combustíveis.

Desrespeito

Um homem ao volante de uma caminhonete modelo Toyota Hilux 0 km furou e tentou escapar da fiscalização no posto da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) em Conceição do Araguaia, na fronteira com o Tocantins. O veículo, com valor estimado em mais de R$ 344 mil, foi detido na Unidade de Controle de Mercadorias em Trânsito, localizada na PA-447. A fuga não teve êxito uma vez que viaturas da Sefa e da Polícia Militar do Pará perseguiram e alcançaram a caminhonete.

Férias coletivas

Dois empreendimentos da mineradora Vale seguem com suas licenças suspensas no Pará. Ao todo, 257 funcionários entraram ou ainda vão entrar em férias coletivas com duração de um mês. O pedido foi feito pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). Os 108 funcionários da mina de níquel do projeto Onça Puma entraram no período de férias coletivas no dia 23 de maio. O empreendimento está localizado no município de Ourilândia do Norte e, segundo sua assessoria, a empresa está adotando medidas cabíveis para buscar reverter a decisão.

Férias coletivas II

Segundo a Mineração Onça Puma, o processo está correndo conforme a legislação: "A companhia reforça o cumprimento das condicionantes e dos controles socioambientais da sua atividade conforme determina a legislação e em respeito às comunidades vizinhas". Questionada pela reportagem da DeFato sobre os motivos para a interrupção das atividades e o futuro da equipe, a mineradora Vale não ofereceu respostas.

Sossego

Já as férias coletivas dos 149 empregados da mina de Sossego, em Canaã dos Carajás, começarão em 13 de junho. A Salobo Metais, que é uma subsidiária da Vale, também informou que está recorrendo da decisão. A Vale também não respondeu sobre os motivos para a suspensão e também não informou a atual situação de trabalhadores.





A incerteza sobre números foi destacada como um dos pontos que precisam ser revistos para o cumprimento da convenção

GARIMPO

Brasil tem o desafio de saber número de garimpeiros no país

Relatório do MMA mostra que estimativa varia de 80 mil a 800 mil

Saber quantas pessoas atuam na mineração artesanal de ouro em todo o país é um dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil no cumprimento da Convenção de Minamata, que trata do uso do mercúrio e seu impacto na saúde da população. O alerta foi feito pela representante do secretariado do acordo internacional Manoela Pessoa durante a apresentação do relatório brasileiro sobre o tema.

O documento, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), aponta que a inexistência de um censo leva a uma variação de 80 mil a 800 mil garimpeiros atuantes, dependendo da fonte de informação. A incerteza sobre esses números foi destacada por Manoela como um dos pontos que precisam ser revistos para o cumprimento da convenção. "O garimpo não permite simplificação", afirmou.

Na avaliação de Manoela, o relatório avança quando reconhece a mineração artesanal de ouro legal como importante forma de subsistência para várias comunidades, mas identifica os impactos da atividade ilegal, em especial nas terras indígenas e nas unidades de conservação, como um desafio a ser vencido.

Para o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco, a cooperação internacional é parte fundamental para o enfrentamento desse desafio financiado por "uma cadeia internacional de exportação ilegal, que transforma posteriormente esse ouro em bens de consumo, principalmente joias, que carregam o sangue de populações indígenas brasileiras"

Ao confrontar a legislação brasileira com as exigências da convenção sobre o mercúrio, o relatório apontou 68 dispositivos que demandam medidas governamentais para as quais já foram propostas 52 soluções, sendo 34 administrativas e 18 normativas.

Entre os avanços destacados por Manoela estão o compromisso da eliminação progressiva de determinadas baterias, interruptores, relés e lâmpadas fluorescentes que têm em suas composições a presença do mercúrio, assim como o fim do uso dessa substância na produção industrial de cloro.

A redução gradual do amálgama dental e, a partir de 2025, a proibição de qualquer nível de mercúrio em cosméticos também foram apontados como iniciativas já em andamento, alinhadas com o que foi reafirmado na quinta reunião da Conferência das Partes da Convenção de Minamata, realizada em Genebra em outubro de 2023.

Os planejamentos para a implantação de um sistema de controle para o comércio do mercúrio, o rastreamento da cadeia do ouro por assinatura geológica e a capacitação de mineradores para a prática da atividade sem o uso do mercúrio, foram outras iniciativas destacadas.

"É um documento não só simbólico, mas muito concreto que vai permitir ao Brasil continuar na sua posição de liderança nesse tema que é extremamente complexo e também de muita importância global", destacou Manoela.

ADESÃO

A Convenção Minamata sobre Mercúrio é um acordo global que trata do controle, fornecimento e comércio de mercúrio, além da redução de seu uso, das emissões e da liberação da substância. Ele foi criado após um caso de contaminação no Japão, na cidade de Minamata, em meados do século 20. O caso levou ao adoecimento de milhares de pessoas contaminadas pelas águas residuais de uma indústria que fazia uso do metal.

O Brasil aderiu à convenção em junho de 2017, antes mesmo que o acordo internacional entrasse em vigor, em agosto de 2018. **(AE)**

POLÍTICA

PEC das drogas será pauta da Câmara nesta terça-feira

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2023 que criminaliza a posse ou o porte de qualquer quantidade de droga será analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (4). A proposta foi aprovada no Senado no dia 16 de abril como uma reação do Congresso ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que prevê a descriminalização do porte de maconha.

A PEC acrescenta um inciso ao art. 5º da Constituição para considerar crime a posse e o porte de qualquer quantidade de drogas sem autorização ou em desacordo com a lei. Segundo a proposta que vem do Senado, deve ser observada a distinção entre o traficante e o usuário pelas circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicando aos usuários penas alternativas à prisão, além de tratamento contra a dependência.

Na CCJ da Câmara, o relator é o deputado federal Ricardo Salles (PL-SP). A expectativa é que o parlamentar apresente seu parecer sobre o tema na terça. Em seguida, é possível que qualquer deputado peça vista, o que deve adiar a votação do tema por, no mínimo, duas sessões do plenário da Câmara. Se aprovada na CCJ, a PEC segue para análise do plenário.

O autor da PEC é o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que apresentou a proposta em setembro de 2023, quando o placar a favor da descriminalização do porte de maconha estava 5 a 1 no STF. No plenário do Senado, a medida foi aprovada por 53 votos favoráveis e apenas nove contrários.

O relator no Senado, Efraim Filho (União-PB), defendeu que a descriminalização da maconha poderia agravar os problemas do país. "A simples descriminalização das drogas, sem uma estrutura de políticas públicas já implementada e preparada para acolher o usuário e mitigar a dependência, fatalmente agravaria nossos já insustentáveis problemas de saúde pública, de segurança e de proteção à infância e juventude", disse.

A proposta sofre resistência de parte dos parlamentares, de especialistas e movimentos sociais. Para a organização Human Rights Watch (HRW), a medida é um retrocesso na política de drogas do país.

"Em vez de cimentar uma política fracassada na Constituição, os parlamentares deveriam seguir o exemplo de muitos outros países, descriminalizando a posse de drogas para uso pessoal e desenvolvendo estratégias de saúde eficazes para prevenir e responder ao uso problemático de entorpecentes", disse a pesquisadora da HRW, Andrea Carvalho.

ENTENDA

A chamada PEC das drogas foi uma reação do Congresso Nacional ao julgamento que ocorre no STF desde 2015.

O Supremo analisa a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei das Drogas (Lei 11.343/2006), que cria a figura do usuário, diferenciado do traficante, que é alvo de penas mais brandas. Para diferenciar usuários e traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a curso educativo para quem adquirir, transportar ou portar drogas para consumo pessoal.

A lei deixou de prever a pena de prisão, mas manteve a criminalização. Dessa forma, usuários de drogas ainda são alvos de inquérito policial e processos judiciais que buscam o cumprimento das penas alternativas.

No caso concreto que motivou o julgamento, a defesa de um condenado pede que o porte de maconha para uso próprio deixe de ser considerado crime. O acusado foi detido com três gramas de maconha. **(AE)**



Família empreendedora revela como criou mel de açaí, diversificou a produção com cosméticos e, agora, influencia vizinhos e estudantes na zona rural de Breu Branco

"Meu filho, coma mel, pois o mel faz bem. Assim como o favo de mel é doce na sua língua, assim também a sabedoria é boa para a sua alma. Se você a conseguir, terá um bom futuro e não perderá a esperança".

O verso bíblico do sábio Salomão, em Provérbios 24:13-14, é uma inspiração para a família Pinon, que mora há 24 anos em uma propriedade rural no município de Breu Branco, a 260 km de Marabá.

Rubinho, o pai, Carmelia, a mãe, e os filhos Luiz Mário e Maria Eduarda são os protagonistas de um negócio que transitou da pecuária para produção de açaí e, mais recentemente, passou a produzir mel e derivados.

A reportagem do CORREIO DE CARAJÁS viajou de Marabá até a vicinal do Pitinga, numa propriedade conhecida como Fazenda Água Boa, onde a família vive há mais de duas décadas, para acompanhar, durante dois dias, a rotina dos Pinon e descobrir os segredos do sucesso do negócio, que já conquistou vários parceiros, como Embrapa, Sebrae, IdeflorBio e Ministério Público do Pará.



DO GADO AO AÇAÍ E MEL: FAMÍLIA REINVENTA SEU PORTFÓLIO DE SUCESSO

Rubens e Carmelia Pinon se tornaram referência no sudeste do Pará em empreendedorismo sustentável junto com o casal de filhos Luiz Mário e Maria Eduarda

FOTOS: Jeferson Abreu

Ao lado do filho Luiz Mário, Rubinho inspeciona uma casa de abelha que eles mesmos construíram

ULISSES POMPEU

Rubens José Pinon, mais conhecido na região onde vive como 'Rubinho', nasceu no Espírito Santo, mas não tardou 'cair no mundo' para conquistar melhores condições de vida. Para construir a história que hoje protagoniza no Pará, ele precisou fazer um pequeno desvio, passando pela Bahia, para onde foi com intuito de conhecer Porto Seguro.

Sem muito estudo ou formação superior, Rubinho não achou má ideia tentar a sorte e foi assim que acabou em Breu Branco, na propriedade do pai de Carmelia Amante, que ofereceu a ele uma sociedade agrícola.

Inicialmente, Rubinho se deparou com o potencial para cultivar frutas e tinha como objetivo montar uma agroindústria, mas depois percebeu que haveria dificuldade por não haver muita gente produzindo na região. Enquanto batia cabeça para encontrar a melhor forma de sobreviver, ele se apaixonava por Carmelia, nascida na Bahia, mas que vivia há muitos anos no Pará.

Os dois se casaram e passaram a viver em uma área nos fundos da propriedade do sogro de Rubinho, onde sequer havia energia elétrica.

Como o recém-casado tinha alguma experiência com criação de gado leiteiro, adquiriu algumas cabeças de vaca e, paralelamente, começou a desenvolver fruticultura. "Trabalhamos com queijo, depois começamos a vender o leite para laticínios e surgiram dificuldades na bacia leiteira. Parei de trabalhar com leite e comecei a ir mais para o lado da fruticultura, que era um sonho", recorda ele.

Diante da crise no setor leiteiro, em 2012, a família precisava reinventar seu portfólio de produção e, para isso, pediu ajuda a técnicos da Embrapa, que expuseram as atividades que estavam em alta: plantio de cupuaçu, graviola, açaí e castanha-do-pará.

A propriedade é banhada por vários igarapés e o Código Florestal obrigava a recomposição de áreas desmatadas, o que levou o casal ao próximo estágio. "Surgiu a ideia de plantar açaí, mas eu não tinha recursos e os bancos não financiavam esse plantio. Então, comecei a vender o gado de leite para ir investindo no açaí. Acho que nosso melhor investimento foi esse, porque até hoje temos o açaí como fonte principal de renda", comemora Rubinho.

Abelhas 'contaminadas' pelo ouro roxo dos Pinon

Atualmente, a família Pinon mantém 30 hectares ocupados com cerca de 12 mil pés de açaí, consorciados com outras espécies frutíferas. A propriedade alcançou o volumoso plantio com um empurrãozinho dos enxames de abelhas, assim que os produtores perceberam que precisariam de agentes polinizadores.

"No terceiro ano, o açaí começou a produzir, mas sentimos que não estava produzindo tão bem, então pesquisando com a Embrapa a gente percebeu que as abelhas fazem esse papel de polinizador e que isso aqueceria bastante a produtividade", relata Rubinho.

Enxames de abelhas Apis foram levados à região, mas os insetos, por sua vez, não se contentavam apenas com a planta que já havia no local e a família percebeu que seriam necessárias outras espécies para que elas se alimentassem. "Consultamos amigos que tinham trabalhado com técnicas agrícolas, agrônomos, e nos disseram que seria interessante introduzir um Sistema Agroflorestal (SAF). Inicialmente, plantamos cacau e depois cupuaçu. Mais tarde, a gente percebeu que poderia introduzir árvores nativas, como a andiroba e a copaíba, então fizemos essa mesclagem".

Assim como as abelhas fortaleceram a plantação de açaí, as plantas aprimoraram a produção dos insetos, o que foi uma surpresa para os produtores. "Percebemos que, além de fazer a polinização, elas também fabricavam mel e algumas colmeias passaram a produzir bastante. Começamos a fazer a retirada e era um mel diferente, bem escuro", recorda Rubinho.

RESPOSTA "FANTÁSTICA"

A coloração assustou os produtores, que acreditavam não haver mercado para aquele tipo de produto. Novamente, a Embrapa foi acionada e uma amostra foi enviada para a entidade, que algum tempo depois devolveu uma resposta que Rubinho descreve como "fantástica".

"Esse mel diferente está relacionado à flor do açaí, de onde as abelhas pegam o pólen e o néctar. É um mel escuro, monofloral do açaí. Então, a gente pensou que, se o açaí é muito bom para saúde, o mel da flor dele com certeza é um casamento perfeito. Descobrimos, através de análise, que o mel escuro tem propriedade diferente do mel claro, mas que é um mel fantástico, diferente em sabor e aroma. Mas um mel especial", detalha.



As abelhas pegam o pólen e o néctar da flor do açaí e produzem mel escuro

A partir disso, a família investiu na apicultura e hoje mantém cerca de 40 colmeias de abelhas Apis, havendo mercado para o mel que é produzido. "Os clientes ouvem falar do mel escuro da flor do açaí e depois que passam a consumir, dificilmente compram o mel claro. Nós temos clientes em nosso município, em várias regiões do Pará e em outros estados", comemora Rubinho.

Uma mão nas abelhas, outra no Instagram

Maria Eduarda e sua caixa de abelhas Jataí, que foram salvas de um lixão comunitário

Maria Eduarda Amante Pinon tem apenas 11 anos de idade, estuda o 6º ano do fundamental, é a caçula, mas que ninguém pense que ela é criada como o "bebê da família" ou paparicada demais. Há afagos, lazer, mas antes vêm a responsabilidade e aprendizagem contínua ao lado do primogênito Luiz Mário.

Ela cresce aprendendo a subir em pé de açaí, andar a cavalo, cuidar das abelhas e ajudar a mãe Carmelia com a fabricação dos cosméticos AmaBee.

Além de tudo isso, Maria Eduarda é, também, uma espécie de influencer na página do Instagram que mostra o dia a dia da família, com o trabalho de cuidado com as abelhas e diversas outras ações educativas e de sustentabilidade ambiental junto com o irmão, Luiz. Já são praticamente 17 mil seguidores e os números só aumentam, à medida que a fama do açaí, mel e cosméticos dos Pinon se espalham.

"Eu gosto muito de fazer vídeos desde bem pequena. Aí, a gente cria animais e vou mostrando como é a rotina deles, o que gostam de comer. Um seguidor nos deu um jacu, e nós cuidamos dele tão bem, que acabou indo embora, voando para a floresta", conta a garota, orgulhosa.

Embora pequena, Maria Eduarda ganhou um presente do pai que ela considera um xodó. É uma casa de abelha Jataí, que ele encontrou dentro de um forno em um lixão a céu aberto, que estava prestes a pegar fogo. "Meu pai estava procurando garrafas pets para fazer isca para as abelhinhas, e um moço que estava no lixão perguntou para que serviam as garrafas e disse que tinha um enxame de abelhas dentro do forno, ele perguntou ao meu pai se ele a queria, meu pai aceitou, trouxe para casa e me deu. A partir daí, eu cuido delas com muito carinho", confessa.

Em casa, Maria Eduarda segue aprendendo a produzir os cosméticos e diz que a mãe, Carmelia, é paciente e confia bastante nela e tem convicção que consegue dar continuidade ao negócio sozinha no futuro. "Ela está me ensinando e já me colocou como sócia da empresa AmaBee, e tenho certeza que vou fazer o meu melhor por causa de tudo que está fazendo por mim hoje".





NEGÓCIO EM NÚMEROS

12 MIL PÉS DE AÇAÍ

300 LITROS DE MEL POR SAFRA

40 COLMEIAS

9 FAMÍLIAS INFLUENCIADAS

5 ENTIDADES PARCEIRAS

2 ESCOLAS MOBILIZADAS

Abelhas sem ferrão levarão Carmelia à COP30

A vontade de Rubinho em manter a família unida em torno do trabalho na propriedade rural é dividida com a esposa, Carmelia Amante Pinon, que descobriu que as abelhas sem ferrão que também foram levadas ao local pela Embrapa podem não ser tão eficientes na produção de mel para consumo, mas são ótimas produzindo matéria-prima para cosméticos.

"O meu marido e meu filho trabalham na produção do própolis e do mel, fazem a coleta e trazem para eu e a minha filha fazermos o restante do processo e transformamos em cosméticos", conta.

Desde criança, Carmelia vive na fazenda, onde chegou aos 6 anos de idade junto com o pai. Há 23 anos disse sim para uma vida ao lado de Rubinho, com quem constrói uma família feliz e mantém um negócio próspero. Como o marido, ela também se especializou e agora comanda a criação de produtos voltados à higiene e beleza. Para isso, orientada pelo Sebrae, criou a AmaBee, especializada na produção e comercialização de cosméticos.

"A gente notou que a abelha sem ferrão era um insetinho que não dava tanto lucro no mel, então começamos a tentar agregar valor ao produto dela. Estudando as possibilidades surgiu a ideia de criar uma linha de cosméticos. Como eu não tenho curso de química ou outro semelhante, conversei com o pessoal do Sebrae, que me deu algumas orientações e comecei a criar um produto", revela.

O primeiro a surgir foi o sabonete feito com mel, própolis e andiroba, que trouxe inspiração para novas criações. "A cera tem propriedades antialérgicas e anti-inflamatórias, então vai ajudar a acalmar a pele irritada. O própolis tem uma infinidade de benefícios, ele é anti bactericida, fungicida, entre vários outros. O mel é calmante, hidratante e cicatrizante. Então, são produtos excelentes para a nossa pele", explica, orgulhosa pelo fato de os produtos serem avaliados positivamente por quem faz uso deles.

"Hoje, as pessoas elogiam muito os nossos cosméticos, mas o mérito é das abelhas porque elas produzem algo maravilhoso, tanto para a gente ingerir, quanto para o nosso corpo", exemplifica Carmelia.

Para chegar ao nível que está hoje, ela aprendeu junto ao Sebrae e à Embrapa como processar as matérias-primas para potencializar os benefícios, estudando a maneira correta de extrair o própolis, o mel e a cera. Agora, o aprendizado junto ao Sebrae é para legalizar as criações, alcançando o registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Por enquanto, eu faço na minha casa, então nós não vendemos on-line, não é possível, mas já estamos legalizando e trabalhando para vendermos para fora".

Além disso, a empreendedora comemora ter recebido um convite para expor os cosméticos na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em Belém, no próximo ano.



Carmelia: "As pessoas elogiam muito os nossos cosméticos, mas o mérito é das abelhas, que produzem algo maravilhoso"

Os exemplos são passados aos filhos, que desde pequenos aprendem a lidar com as abelhas e com os produtos criados a partir delas. "Sabemos que eles têm limitações, que precisam ser crianças, adolescentes, mas eles também têm as responsabilidades. No caso da Maria Eduarda, que queria um iPhone, nós explicamos que ela iria ajudar durante um mês para receber determinado valor em dinheiro. Então, quando ela tinha aquela quantidade, nós completamos. É para ter essa noção de que com o trabalho dela é possível conseguir algo que ela realmente queria tanto", conta.

"Estou no melhor lugar do mundo", afirma Luiz

Ao que parece, os pais não precisam se esforçar muito para convencer os filhos a seguir o sonho do casal. Luiz Mário Amante Pinon tem apenas 15 anos, mas já parece estar decidido sobre o futuro quando diz que pretende ficar onde está, já que mora "no melhor lugar do mundo", como define a propriedade da família. "Não tem como abrir mão, tenho muito amor por esse lugar. Eu nasci aqui, estou crescendo aqui, quero viver aqui com a minha família no futuro e morrer aqui se for possível".

O trabalho também não parece ser nada penoso para ele, que já tomou muita ferroada na vida, mas aprendeu a lidar sem maiores problemas com as abelhas. "Estou 100% preparado para continuar esse trabalho, tanto pelo fato de eu participar de todas as atividades, ou seja, já estou acostumado a desempenhar todas as funções, quanto por ter orgulho. Com isso, sinto que estou ajudando o mundo inteiro, inclusive na parte de preservação", afirma.

A paixão dele pelas abelhas não se resume às cercas da fazenda. Atualmente, Luiz Mário 'poliniza' a palavra da apicultura também onde estuda, na Escola Marci Sebastião Nunes, em Placas do Pitinga, na zona rural de Breu Branco. "Os colegas sempre me perguntam sobre abelhas e alguns já têm criação não muito aprofundada. Aí eles me perguntam técnicas de manejo e sempre estou ensinando. É importante ajudar a divulgar mais sobre a criação das abelhas e criar projetos nas escolas para conscientizar outros jovens da importância desse trabalho".

NEGÓCIO TAMBÉM NO INSTA

Além de ajudar o pai na produção de açaí e mel, Luiz Mário divide com a irmã Maria Eduarda o papel de social media na página da família no Instagram, que já acumula 17 mil seguidores. Lá, dividem a rotina de trabalho, lazer e cuidados com a natureza. E fazem isso há mais de cinco anos e os muitos comentários e curtidas refletem a empatia dos seguidores. A mãe, Carmelia, atua nos bastidores, filmando e controlando o volume e conteúdo das publicações.



Atualmente, Luiz Mário 'poliniza' a palavra da apicultura também na escola onde estuda


Dona Maria Francisca aprendeu com Rubinho e agora ensina a neta Karime a cuidar das abelhas

Experiência exitosa da família Pinon se espalha entre produtores vizinhos, que já colhem os bons frutos

VIZINHOS SÃO CONTAGIADOS COM A PRODUÇÃO DE MEL

ULISSES POMPEU

As experiências adquiridas pela família Pinon não ficam restritas à própria produção ou ao projeto a ser desenvolvido na escola onde o filho estuda. O casal acredita na importância de a comunidade se unir para crescer.

Carmelia, por exemplo, já se reuniu com um grupo de mulheres e se dispôs a ensiná-las o que aprendeu com os cosméticos. "Eu acho que não existe concorrente, é um ajudando o outro que a gente cresce. Me disponibilizei a ensiná-las a fazerem alguns produtos porque nós vamos ter a nossa marca, mas não vamos ser capazes de atender o estado todo", explica.

Rubinho defende que a vitrine tecnológica montada pela Embrapa para a família deve ser levada para outras pessoas. "Foi tão boa para a gente, economicamente, que a gente entendeu que é viável. Percebemos que a comunidade também precisava receber esses benefícios, essas informações, aí começou a surgir a ideia de a gente começar a trabalhar na comunidade, com os amigos".

Uma das pessoas impactadas positivamente é Manuel Rodrigues de Andrade, mais conhecido como Neto. Ele conheceu a família Pinon trabalhando na coleta de açaí da propriedade, onde teve a curiosidade atiçada pela criação de abelhas. Na terra dele também havia enxames, mas ele não sabia tirar o mel sem levar muitas ferroadas. "Aí eu fui na casa do Rubinho, falei das abelhas que tinha lá em casa e ele disse que ia me ajudar. Um dia ele foi em casa e tirou o mel pra mim".

Nesse encontro, Neto começou a fazer perguntas sobre equipamentos e a roupa de proteção especial para remover o mel. Percebendo o interesse do vizinho, Rubinho doou roupa apropriada e um fumigador. "Sou muito grato. Graças a Deus ele vem me dando apoio, suporte e me incentivando a criar a abelha", celebra Neto.

MEL NA TERCEIRA IDADE

Maria Francisca de Araújo, de 70 anos, vive há mais de duas décadas na região, onde planta, cria animais e agora também iniciou uma "criaçãozinha" de abelhas, como ela mesma identifica. Ela foi contagiada com a meliponicultura pela família Pinon.

Segundo a septuagenária, além de ajudar na preservação ambiental, a tarefa é uma "terapia" no dia a dia. "É uma das coisas que eu faço com alegria, que eu já tinha vontade de fazer há algum tempo. Sempre quis cuidar delas, até que eu tive a oportunidade porque o Rubinho me deu uma força", conta, sorrindo.

O mel que produz, diz, é dividido. "Se alguém precisa, a gente tem prazer de ajudar porque é uma coisa gratificante poder dividir com quem não tem".


Neto: "Se Deus quiser eu quero chegar também à meta do Seu Rubinho"

Abelhas voam para a escola de Luiz Mário

Estimulada pelo Ministério Público Estadual, a família Pinon decidiu levar abelhas-sem-ferrão para a escola do filho mais velho, Luiz Mário, com o objetivo de ensinar a cuidar dos pequenos insetos voadores e ainda como um esforço em oferecer educação empreendedora para os adolescentes do ensino médio.

Para isso, houve um diálogo com a direção da Escola Estadual Marci Sebastião Nunes, localizada na comunidade de Placas. Mas foram estabelecidas, também, parcerias com o Sebrae, Adepará, IdeflorBio, Embrappa, entre outros.

No dia 20 deste mês de maio, a Escola Marci Nunes recebeu seu meliponário com as abelhas-sem-ferrão, que serão cuidadas pela comunidade escolar. "A ideia é que essa prática sustentável se transforme em uma fonte de renda alternativa para os pequenos produtores rurais da região de Placas, que podem integrá-la aos plantios florestais. Os alunos vão entender que a manutenção das abelhas é essencial para a gente se alimentar", explica a promotora Alexssandra Mardegan, titular da Promotoria Agrária da Região de Marabá, entusiasta do projeto da família Pinon.

Ela reconhece que o projeto chega à escola não em caráter experimental, porque ele já está consolidado na propriedade dos Pinon e de outras oito famílias desta região. "A bioeconomia é fundamental nos tempos atuais e vocês têm oportunidade de crescer com essa mentalidade de empreendedorismo sustentável", sintetiza Alexssandra Mardegan.

E as abelhas estão voando, também, em direção ao IFPA de Tucuruí, onde a direção pretende incentivar os alunos a cultivarem abelhas-sem-ferrão e a produzirem mel em suas propriedades com apoio de Rubeci, a esposa Carmélia e os filhos Luiz Mário e Maria Eduarda.

O diretor da escola, professor Cosme Marcelo, diz que a unidade tem 226 alunos que vivem em um raio de 40 quilômetros. Os estudantes são filhos de produtores rurais, por isso a importância de o ambiente escolar desenvolver projetos que atendam às necessidades desse público alvo. Neste sentido, o corpo docente procurou maneiras de oferecer um conhecimento que vai além do metodológico desenvolvido em sala de aula, chegando ao cultivo de abelhas nativas.

Um dos alunos que estão inseridos no projeto é Gleideson Richard Vasconcelos de Souza, de 17 anos, que já dá passos largos na apicultura. Bastante amigo da família Pinon, ele ajuda frequentemente na produção. "Mudou muita coisa na minha vida desde que eu conheci o mundo das abelhas e me apaixonei por elas. Comecei a gostar de mexer com elas, de viver junto com elas, agora eu faço revisão, ponho melgueira, tiro melgueira, mexo com o mel", detalha.

Nascido em Belém, ele vive sozinho em Breu Branco com uma irmã de 13 anos e encontrou nos amigos uma boa companhia. "De vez em quando eu durmo aqui, venho pra cá, a gente almoça juntos, tomamos banho juntos, eles são uma segunda família pra mim".


Autoridades e convidados foram conhecer o meliponário instalado na escola Marci Sebastião Nunes

Há 15 anos, Sebrae presta assessoria à família Pinon

As digitais do Sebrae estão na Fazenda Água Boa, da família Pinon, há mais de uma década, quando Rubinho foi atrás de assessoria para tentar alavancar uma cooperativa leiteira.

Maria Luzineuza Alves, a Lu, analista da Agência Carajás do Sebrae, com sede em Marabá, diz que começou a atender a família Pinon há cerca de 15 anos, e de lá para cá tem testemunhado o protagonismo de seus quatro membros e a forma "incrível" como os pais envolvem os filhos no trabalho e na gestão dos negócios.

"Ele veio atrás do Sebrae e alguém lhe indicou para procurar a Lu, que o ajudaria no projeto da bacia leiteira. Passamos prestar ajuda técnica, inclusive orientando na diversificação da base produtiva, com inserção do açaí", recorda ela.

O Sebrae também esteve presente na hora de implantar na propriedade dos Pinon as primeiras caixas com abelhas, com a finalidade de melhorar a polinização do açaí.

"Rubinho e o filho Luiz Mário não sabiam nada sobre abelhas, mas mesmo assim foram estudar sobre elas. Com o tempo, se tornaram referência em toda a nossa região. Os Pinon são o maior exemplo que temos de um negócio familiar que prospera no campo com todos os membros envolvidos, porque estão sempre inovando e em busca de conhecimento. Fizeram tudo isso sem desmatar nada; pelo contrário, recuperaram áreas degradadas com recomposição das matas ciliares", reconhece Lu, como é conhecida carinhosamente pela família de Breu Branco.

Durante a pandemia da covid-19, o Sebrae passou a oferecer cursos on-line em várias áreas. Foi nesse período que nasceram os cosméticos com base no mel produzido pela família. "Carmélia fez um curso de cosmetologia e foi aí que nasceu a empresa AmaBee, que atualmente tem uma boa variedade de produtos e não para de crescer. Já contratamos consultorias para criar a logomarca e rotulagem da empresa, registro da marca e até financeira", explica a consultora.

De assessoria a consultoria aos Pinon, atualmente o Sebrae presta apoio para adequação de uma casa de mel e outra para adequação da fábrica de cosméticos.

Para que possam entrar em todos os mercados, eles precisam garantir a legalidade de seus produtos, com registros nos órgãos reguladores. "Vamos garantir que tenham registro do mel junto ao MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) e dos cosméticos perante a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)", explica Lu, que é tão elogiada pela família, que parece que já faz parte dela.

O desejo de Rubinho em ver a produção crescer encontra base no sonho de ver os filhos sucedendo-os no negócio familiar. "Sempre tive esse sonho de ter uma família que fosse unida e que a gente conseguisse organizar as coisas de forma que todos pudessem fazer parte em harmonia. Eu tenho uma excelente esposa, uma ajudadora fantástica, e filhos maravilhosos que a gente cria num estilo que eles entendam que existe uma vida saudável aqui na roça, com uma fonte de recursos interessante para que eles permaneçam aqui".


Malu: "Os Pinon são o maior exemplo que temos de um negócio familiar que prospera no campo"

Fotos: Divulgação



No local do crime, predominou a famosa "lei do silêncio", mas foi tudo filmado por uma câmera de videomonitoramento

CRIME FILMADO

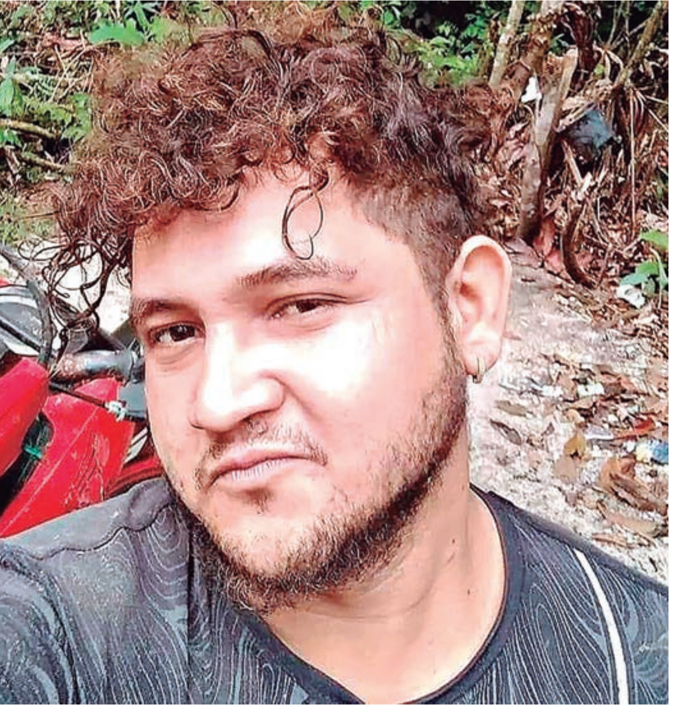
Garimpeiro é executado em via pública de Parauapebas

O assassinato foi filmado por uma câmera de videomonitoramento, cujas imagens certamente serão usadas para tentar descobrir a identidade dos criminosos

THEÍZA CRISTHINE

Gilvan Vieira da Silva, 28 anos, morreu ao ser atingido com ao menos cinco tiros de arma de fogo, na noite de domingo, 2 de junho, na Rua Manaus, esquina com a Avenida Airton Senna, na comunidade Palmares Sul I, em Parauapebas. Um vídeo, que circula nas redes sociais, mostra a vítima na garupa de uma moto, quando dois homens, em outra motocicleta, Honda Pop, se aproximam e o garupa começa a efetuar os disparos. A dupla assassina foge em seguida, e ainda não foi localizada.

O delegado da Polícia Civil, Melquisedeque da Silva Ribeiro, que integra a Delegacia de Homicídios de Parauapebas, conversou com o Correio de Carajás na manhã desta segunda-feira (3). Ele informou que os policiais investigam a possibilidade de serem três suspeitos, linha de investigação essa que só poderá ser confirmada no decorrer da apuração, que segue em andamento.



Gilvan tinha 28 anos, era garimpeiro e já teve passagens pela polícia

O delegado detalha que a vítima estava como garupa em uma moto Honda Bros quando foi alvejada, no entanto, o condutor da moto em que Gilvan estava ainda não foi localizado para esclarecer que ligação ele teria com a vítima.

A família de Gilvan relatou à polícia que ele trabalhava como garimpeiro, e depois de muito tempo sem visitar os familiares, esteve com eles na noite de ontem, sendo assassinado depois de deixar o local.

Ainda de acordo com o delegado, os familiares relataram que Gilvan tinha passagens pela polícia, fator esse que também compõe a linha de investigação policial, para saber se há uma relação com esses possíveis crimes que Gilvan teria praticado no passado.

No vídeo, é possível observar que o suspeito que estava como garupa inicia os disparos ainda na moto, mas se levanta e caminha até Gilvan, que com o impacto dos disparos, caiu na rua, recebendo outros tiros, morrendo em via pública.

Populares foram os responsáveis por acionar as polícias Militar e Civil, por volta das 22 horas. Já no local, testemunhas relataram que um dos suspeitos vestia camisa preta e o outro camisa vermelha.

As diligências continuam para chegar aos autores do crime e para descobrir a motivação. **(Com informações de Ronaldo Modesto e PC e PM)**



Câmera flagrou o momento exato em que o pistoleiro atira na direção da vítima; a dupla assassina ainda não foi localizada



TODA HORA!

'Titica' volta a ser preso após arrombar carro e furtar carteira

Quase dois meses após sua última prisão por furto, Ronaldo Melo Oliveira, o 'Titica', de 43 anos, foi apresentado novamente na 21ª Seccional Urbana de Polícia Civil, em Marabá, pelo mesmo crime. Dessa vez, ele é acusado de ter arrombado um carro quebrando um dos vidros traseiros e levando objetos pessoais da vítima. Com uma ficha criminal extensa, ele responde por outros furtos qualificados e até por um homicídio.

A vítima acionou a Polícia Militar e informou que havia sido furtada. Na ocasião, foi levada uma carteira contendo cartões bancários, documentos pessoais e o documento do veículo. O caso foi registrado na Folha 31, Nova Marabá.

De acordo com a Polícia Civil, 'Titica' foi capturado pela própria vítima, com a ajuda de outras pessoas. Com ele, foram encontrados os objetos subtraídos e uma faca de mesa. O instrumento utilizado para o arrombamento, um pedaço de pau, foi descartado durante a ação criminosa.

HISTÓRICO

Responsável por diversos furtos a residências e estabelecimentos comerciais de Marabá, bem como arrombamentos de carros, 'Titica' tem várias passagens pela polícia e responde a quatro processos criminais.

Em julho de 2023, ele foi pego em flagrante tentando furtar o veículo de um policial. Em 2021, sofreu uma tentativa de homicídio em Parauapebas. Na ocasião, foi atingido por três disparos, dois nas pernas e um no braço. **(Thays Araujo, com informações da PC)**

Fotos: Divulgação



Titica havia sido preso no dia 19 de abril

SALOBO

Seguranças da Vale impedem furto de 19 toneladas de minério

Wanderson Alves dos Santos foi detido sob acusação de tentar sair das instalações da mineradora Vale transportando ilegalmente 19 toneladas de material de origem mineral. A ação ocorreu durante a madrugada de domingo (2), na unidade Salobo 1, localizada no município de Marabá, porém próximo à cidade de Parauapebas.

Segundo divulgado pela Polícia Militar, a equipe de segurança da empresa informou que somente o veículo estava autorizado a deixar o local, sem a carga.

Pouco depois da meia-noite, a Polícia Militar foi alertada pela equipe de segurança sobre a suspeita de atividade criminosa dentro das instalações, o que foi confirmado no local.

Wanderson foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil, onde prestou depoimento. **(Milla Andrade com informações da Polícia Militar)**

Fotos: Divulgação



Veículo com o carregamento ilegal de minério foi apreendido



XINGUARA

Mulher é morta a tiros dentro do próprio carro

A vítima conduzia um carro no setor Itamarati, quando dois homens em uma moto se aproximaram dela e efetuaram os disparos, que a atingiram fatalmente

A equipe de Polícia Civil no município Xinguara investiga o assassinato de uma mulher ocorrido na noite de domingo (2). A mulher identificada como Kelly Cristine Camelo dos Santos foi atingida com diversos disparos enquanto transitava pelas vias da cidade em seu automóvel.

A reportagem do Correio de Carajás apurou que Kelly Cristine conduzia um carro de modelo Fiat Gran Siena pela rua Gorotire, no setor Itamarati, nas proximidades do terminal rodoviário da cidade, quando dois homens em uma motocicleta de modelo Honda XRE se aproximaram do veículo e passaram a efetuar os disparos, que a atingiram fatalmente.

Kelly Cristine andava na companhia de outra mulher que teve sua identidade mantida em sigilo. Após terem consumado o crime, os criminosos tomaram rumo ignorado, enquanto a vítima dava seus últimos suspiros, sentada no banco do motorista.

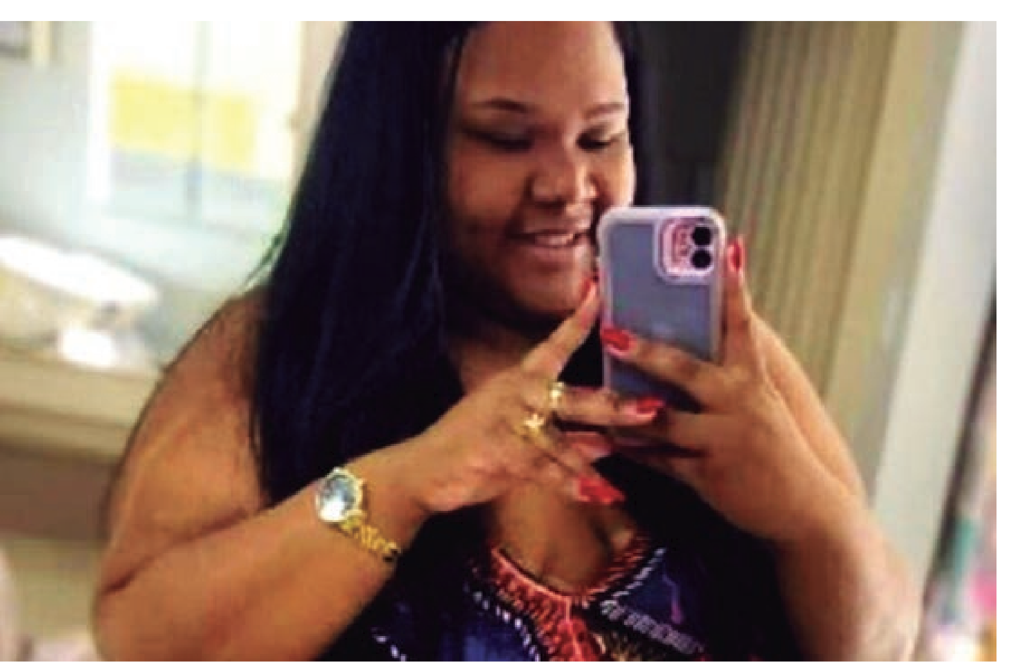
A Polícia Civil tomou conhecimento do crime por volta de 00h00 através de um comunicado feito por uma equipe plantonista da Polícia Militar. Ao chegarem no local, os investigadores tomaram as providências cabíveis e posteriormente o corpo foi liberado para remoção realizada por uma funerária local.

Não se sabe ao certo quais foram as motivações para o assassinato de Kelly Cristine, que morava em Sapucaia, mas rumores no local dão conta de se trata de um crime de execução e possivelmente estaria ligado ao tráfico de drogas. **(Luiz Carlos Silva/freelancer)**



Foto: Divulgação

A vítima estava dirigindo perto da rodoviária quando foi alvo de emboscada fatal



Kelly Cristine pode ter sido morta por questões ligadas ao tráfico de drogas

NOVA IPIXUNA

Motociclista morre em acidente na PA 150

Um homem morreu durante um acidente de trânsito, na madrugada deste domingo (2), no município de Nova Ipixuna, a 60 km de Marabá, no sudeste do Pará. A vítima identificada como José Queiroz dos Reis, de 35 anos, morreu ainda no local sem ter tido a chance de socorro.

De acordo com a Polícia Civil do município, era por volta das 4 horas, quando uma guarnição da Polícia Militar teria informado sobre o acontecido. Não se sabe quais foram as circunstâncias do acidente, mas José Queiroz pilotava uma motocicleta de modelo Honda Pop, de cor preta, placa QEJ-8200, pela PA 150, no km 36, saindo da cidade, nas proximidades de uma cerâmica, quando houve a fatalidade.

No local, as autoridades não encontraram nenhuma testemunha sobre quem teria presenciado o acidente. Os militares preservaram o palco do acidente e uma equipe da Policia Científica foi solicitada para levantamento de local e remoção do corpo ao Instituto Médico Legal de Marabá para exame de necropsia. **(Luiz Carlos Silva/freelancer)**



Foto: Divulgação

José Queiroz morreu ainda na pista da rodovia estadual

A CASA CAIU

Homem acusado de homicídio é preso em Itupiranga

Na manhã deste domingo (2), policiais militares lotados no município de Itupiranga localizaram um homem de 47 anos que possuía dois mandados de prisão em aberto. Ele não teve a identidade divulgada pela polícia

Era por volta das 6h quando a guarnição plantonista da Polícia Militar havia recebido a informação do tenente Montes de que um foragido da Justiça se encontrava na vila Cajazeiras, a 30 km da cidade. Ao se deslocarem até lá, os policiais obtiveram êxito e prenderam o foragido.

Um dos crimes pelos quais o homem é condenado é um homicídio. Conduzido à delegacia de Polícia Civil do município, o homem se encontra trancafiado à disposição da Justiça. **(Luiz Carlos Silva/freelancer, com informações da PM,)**



Foto: Divulgação

Momento em que o homem é conduzido à Delegacia

DO SEMIABERTO

Detento é preso com 33 quilos de skunk

A Polícia Militar do Pará prendeu na manhã de domingo (2) um detento do regime semiaberto com 33,425 quilos de skunk, um tipo de maconha. A apreensão aconteceu na Rodovia Transamazônica (BR-230), em Anapu, na região sudoeste do Pará.

Conforme divulgado pela assessoria de comunicação da PM, a ação teve início quando a Agência de Inteligência Intermediária (AII) do Comando de Policiamento Regional (CPR) I, de Santarém, repassou informações à Agência de Inteligência do CPR VIII, situado em Altamira, sobre um veículo transportando entorpecentes na Transamazônica.

José Henn Aguiar Junior, que cumpre pena em regime semiaberto e estava sem a tornozeleira eletrônica, dirigia o veículo interceptado pela Polícia Militar de Anapu na Vila Acrolina. Nas portas do carro foram encontrados 33 tabletes de skunk. Questionado sobre o transporte da droga, ele disse que receberia a quantia de R$ 3 mil como pagamento para entregar o veículo em Belém.

Uma passageira que viajava no carro foi liberada, enquanto José foi apresentado na Delegacia de Polícia de Anapu, junto com a droga, e autuado em flagrante. **(Antonio Barroso/freelancer)**



O carregamento da chamada "super maconha" seria levado até Belém



Fotos: Divulgação

Nas portas do automóvel foram encontrados os 33 tabletes de skunk



Fotos: Divulgação

Luan Vagner perdeu o controle da motocicleta ao bater no quebra-molas. Ele ainda foi socorrido pelo Samu, mas morreu pouco tempo depois no hospital.

NO FIM DE SEMANA

Acidentes tiram a vida de três pessoas em Marabá

Os acidentes aconteceram na sexta e no domingo. O caso mais misterioso é de um mototaxista achado morto perto da ponte rodoferroviária do Rio Tocantins.

THEÍZA CRISTHINE E CHAGAS FILHO

Entre a tarde de sexta-feira (31) e a tarde de domingo (2), nada menos de três motociclistas perderam a vida em Marabá. Dois acidentes aconteceram em duas rodovias federais (BRs 155 e 222). O outro acidente se deu na marginal da BR-230, nas proximidades do semáforo da Folha 33.

A vítima desse acidente foi Luan Vagner Silva Nascimento. Ele perdeu o controle da motocicleta ao bater no quebra-molas que fica pouco depois da descida da rodoviária. O rapaz ainda chegou a ser socorrido, mas morreu cerca de 2 horas depois em um hospital da cidade. o caso se registrou na sexta-feira (31) e foi o primeiro de três sinistros fatais registrados em Marabá no final de semana.

SÃO FÉLIX

Na manhã de domingo (2), o corpo do mototaxista Jair Carvalho Veloso foi encontrado em um barranco nas margens da Rodovia BR-222, no início da ponte rodoferroviária do Rio Tocantins, sentido São Félix-Nova Marabá.



Situação em que ficou o carro atingido pela moto pilotava por José na BR-155



O corpo de Jair Veloso foi achado perto da moto dele, nas proximidades da ponte



Jair morava na Santa Rosa e voltava do São Félix quando morreu

O filho da vítima relatou à Polícia Civil que o pai estaria consumindo bebida alcoólica na noite anterior e que chegou a alertar o homem para não conduzir a moto na volta para a casa, localizada no Bairro Santa Rosa, na Marabá Pioneira, nessas condições. No entanto, não teve o pedido atendido.

Foram realizadas perícias no local do acidente e, em seguida, foi feita a remoção para o Instituto Médico Legal (IML). A Polícia Civil investiga o caso para elucidar as circunstâncias do acidente que vitimou Jair.

O mototaxista Fred Pereira, presidente da associação da categoria em Marabá, conversou com a reportagem do Correio de Carajás e ponderou que somente a perícia vai dizer se Jair simplesmente perdeu o controle ou mesmo se foi atingido por outro veículo.

BR-155

Na tarde do mesmo domingo (2), José da Conceição Araújo morreu vítima de acidente rodoviário. A vítima trafegava com uma Honda Pop, na cor branca, na BR-155, quando colidiu frontalmente com um carro da marca Hyundai, modelo HB20.

O condutor do veículo prestou esclarecimentos à polícia, narrando que dirigia a 60 quilômetros por hora, quando foi surpreendido pelo condutor da moto que, segundo ele, teria ultrapassado um caminhão e ao desviar de um buraco em "altíssima velocidade" colidiu de frente com o veículo, já que estaria na contramão.

Ainda no depoimento à polícia, o motorista afirmou ter ficado no local do acidente, enquanto a esposa acionava a polícia e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A vítima não resistiu aos ferimentos da batida e morreu no local do acidente. **(Com informações de Josseli Carvalho, Evangelista Rocha e PC)**

BREU BRANCO

Dupla invade casa e executa ex-detento a tiros

A morte de Breno Pinheiro de Oliveira está sendo investigada pela Polícia Civil de Breu Branco desde a noite de sábado (1). Ele estava acompanhado da namorada dentro de casa, na Rua São Marcos, no Bairro Santa Catarina, quando sofreu um ataque orquestrado por dois homens. Breno Oliveira é ex-detento do sistema prisional paraense.

Conforme a Polícia Civil, por volta das 18 horas, uma motocicleta parou em frente à residência e o passageiro invadiu o local, atirando várias vezes contra a vítima, que ainda tentou correr. A namorada também foi atingida. Os atiradores fugiram em seguida.

O ex-detento chegou a ser socorrido por vizinhos, mas morreu antes de chegar à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), para onde também foi socorrida a namorada. Ela foi transferida para o Hospital Regional de Saúde e seu estado de saúde não foi divulgado.

A Polícia Civil instaurou um inquérito para investigar o crime. Até o momento, nenhum suspeito foi preso. A motivação também é desconhecida. **(Antonio Barroso/freelancer)**

ARMA BRANCA

Polícia prende em flagrante suspeitos de assassinato

A Polícia Civil de Parauapebas prendeu em flagrante Daniel da Silva Brás e Gustavo Rodrigues de Carvalho na tarde do sábado (1º). A dupla é suspeita de assassinar Antônio Carlos dos Santos Sousa na madrugada do mesmo dia com uma arma branca. Ao menos uma perfuração atingiu a região do abdômen da vítima, que chegou a ser encaminhada ao hospital, mas morreu horas depois.

A polícia foi informada que um homem com ferimento de arma branca estava internado na sala vermelha do Hospital Municipal. Em diligências no Bairro da Paz, local onde aconteceu o crime, testemunhas relataram à PC o nome dos autores que teriam cometido o assassinato.

Os policiais seguiram para o endereço informado e prenderam a dupla, que foi encaminhada à 20ª Seccional Urbana de Polícia Civil de Parauapebas para os procedimentos cabíveis. A motivação do crime ainda não foi divulgada. **(Theíza Cristhine, com informações de Evangelista Rocha e PC)**

SÃO JOÃO

Após perseguição, homem é morto e mulher ferida

A Polícia Civil de São Domingos do Araguaia registrou um homicídio e uma tentativa de homicídio neste domingo, em São João do Araguaia. As vítimas estavam em uma motocicleta que foi perseguida por um automóvel que levava os quatro assassinos. A vítima fatal foi identificada até o momento apenas como Bruno e a pessoa que ficou ferida é Janaína.

O crime aconteceu pela manhã, na Vicinal 7, na Vila 1º de Março, zona rural de São João do Araguaia. Os atiradores ainda não foram identificados.

A equipe da Delegacia de São Domingos do Araguaia foi acionada pela Polícia Militar, que atendeu a ocorrência. Segundo o relato, as vítimas estavam percorrendo a vicinal em uma motocicleta no momento em que um carro as ultrapassou e parou. Do automóvel desembarcaram quatro homens que alvejaram as vítimas.

A mulher conseguiu fugir do local, sendo socorrida e levada para o Hospital Municipal de Marabá. Já o homem morreu na cena do crime.

Diligências foram abertas para investigar o caso, bem como chegar à motivação e autoria do crime. **(Milla Andrade com informações da Polícia Civil)**



MISTÉRIO

Locutor é executado em Novo Repartimento

Os assassinos já foram identificados. As primeiras informações da investigação indicam que o assassinato pode estar relacionado ao tráfico de drogas.

O locutor Francisco Ronis Lopes, conhecido popularmente como Rony Locutor, foi assassinado a tiros na noite deste domingo (2), no Bairro Vila Tucuruí, em Novo Repartimento, na região sudeste paraense.

O crime ocorreu por volta das 20h, quando Rony estava em um bar da cidade e recebeu uma ligação de alguém que pediu que ele fosse até a Rua São Paulo, na Vila Tucuruí. Ao chegar ao local, ele foi alvejado por disparos de arma de fogo e faleceu no local.

A Polícia Civil de Novo Repartimento já iniciou as investigações para elucidar o crime. Os autores do crime foram identificados. São eles Mailson Silva Lima e seu comparsa "Sem Alma", conseguiram fugir, mas a polícia está em busca deles. A Polícia Científica foi acionada para realizar a perícia no local e a remoção do corpo da vítima.

As primeiras informações da investigação indicam que o assassinato pode estar relacionado ao tráfico de drogas. A Polícia Civil segue em diligências para prender os responsáveis pelo assassinato.

A morte de Rony Locutor causou comoção na comunidade de Novo Repartimento. Ele era um profissional conhecido e querido por grande parte da população. A família e os amigos pedem justiça e cobram a prisão dos responsáveis pelo crime. **(Antonio Barroso/freelancer)**


Foto: Divulgação

O locutor foi atraído para uma cilada e acabou executado por pistoleiros



Rony Locutor era bastante conhecido e querido em Repartimento e sua morte causou grande comoção

ZONA RURAL

Suspeito é localizado na mata com veículo roubado em Brejo do Meio

Eden Chagas das Neves foi peso no sábado (1º), na vila Brejo do Meio, na zona rural de Marabá. O suspeito foi encontrado pela polícia em uma região de mata fechada, em posse de um veículo que havia sido roubado em Belém.

Ao ser localizado pelos policiais, Eden se apresentou como Raimundo, o que foi desmentido ao serem encontrados os documentos pessoais dele. Ele estava com um carro, que ao consultar à placa do veículo, verificou-se que o veículo "havia sido tomado em assalto com restrição de liberdade da vítima", em Belém, no dia 29 de maio deste ano, conforme consta no relatório policial.

Contra Eden havia um mandado de prisão preventiva por roubo, expedido no dia 9 de maio deste ano, pela 1ª Vara Criminal de Marabá. A prisão terá a duração de trinta dias, caso não haja renovação da prisão temporária ou, conversão em prisão preventiva.

A prisão foi realizada por investigadores da Polícia Civil de Marabá, com apoio da Polícia Militar de Brejo do Meio. **(Theíza Cristhine, com informações de Evangelista Rocha e PC)**



Foto: Divulgação

A prisão foi realizada por investigadores da Polícia Civil de Marabá, com apoio da Polícia Militar de Brejo do Meio

CANAÃ

Suspeito de atirar para assustar a companheira é preso

Wandreson Guedes do Espírito Santo foi parar na Delegacia de Polícia Civil após ser acusado de ameaçar a companheira. A ocorrência foi registrada no sábado (1), na Rua Laranjeira, em Canaã dos Carajás. Segundo o relato policial, a vítima denunciou o homem, que também é investigado por supostamente ter disparado com uma espingarda calibre 28 para assustá-la.

Por volta das 13h30, a equipe policial recebeu a denúncia e foi em atendimento à mulher, no Bairro Cidade Nova. A afirmou aos policiais que o acusado estaria a ameaçando e xingando, além de ter disparado uma arma que tinha na residência.

Os policiais localizaram e prenderam o suspeito. Com ele também foi encontrada uma espingarda calibre 28, com 31 munições. O homem foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Canaã dos Carajás, onde foram realizadas as medidas necessárias. **(Milla Andrade com informações da Polícia Civil)**



Foto: Divulgação

Espingarda e munições também foram apreendidas

ITUPIRANGA

Polícia Militar recupera moto durante festejo

Durante patrulhamento na noite do último sábado (1º) uma guarnição da Polícia Militar, em conjunto com o Departamento Municipal de Trânsito de Itupiranga (DMTI), abordou um motociclista e não deu outra: durante a abordagem foi descoberto que o veículo tinha registro de furto/roubo. A moto foi recuperada.

A ocorrência se deu enquanto as autoridades faziam a segurança no festejo de Santo Antônio, na Avenida Beira Rio, quando os policiais avistaram o condutor em atitude suspeita. Ao realizarem buscas sobre o número de chassi e placa, foi notado que o veículo tinha registro de roubo em aberto desde 2017.

O motociclista, por sua vez, informou às autoridades que teria comprado a moto pelo valor de R$ 1,4 mil, através de um leilão. Diante dos fatos, o homem, que não teve sua identidade divulgada, foi conduzido à delegacia de Polícia Civil do município, junto com a moto, para as devidas providências. Ele responderá pelo crime de receptação. **(Luiz Carlos Silva/freelancer)**


Foto: Divulgação

A moto tinha um registro de roubo/furto desde o ano de 2017

Sociedade



21 anos
Laura Guido, acadêmica de jornalismo, conta idade nova neste **dia 5 de junho**. Ela é ex-estagiária aqui do CORREIO.

Portal de notícias: **www.correiodecarajas.com.br**







Veraneio em Marabá

E a **Praia do Tucunaré**, principal balneário de Marabá, já está quase toda à mostra. O drone do **CORREIO** sobrevoou o Rio Tocantins no domingo e captou essas imagens da majestosa praia, com quase dois quilômetros de faixa de areia já visível. É o **veraneio** de **2024** já on!



Parabéns
A empreendedora **Patrícia Morais** também estava na lista dos aniversariantes da segunda-feira (**3**) e aparece neste registro ao lado do esposo, o médico **Pedro Lanucio**.



28 anos
Profissional da área de Educação Física, **Fernanda Brito** está de niver nesta terça-feira, **dia 4 de junho**, quando completa 28 anos.



Happy
A jovem advogada e empreendedora **Cássia Cruz** comemorou ontem (**3**) o seu natalício. Ela hoje reside em Belém.



Felicidades
Para **Elisângela Neves**, que aniversariou no **dia 2 de junho**. Ela recebe as homenagens da família e dos amigos.



Em tempo
O niver foi na última semana (**31**), mas ainda ontem **Maria Joaline Silva Barros** era vista recebendo o carinho dos familiares e amigos e em especial de **Cristiano Rabello**, nosso colega aqui da rádio.



Siderúrgica Norte Brasil S.A. - CNPJ 07.933.914/0001-54

Relatório da Administração

O país encerrou o ano com 31,9 milhões de toneladas de aço bruto produzidas, 6,5% a menos do que em 2022, e com disparada de 50% nas importações do produto, na comparação do mesmo período, para 5,0 milhões de toneladas, de acordo com os dados estatísticos divulgados pelo Instituto Aço Brasil. As vendas internas tiveram redução de 4,4% também frente a 2022, com 19,4 milhões de toneladas. Já as exportações atingiram 11,7 milhões de toneladas, redução de 1,8% na comparação com o mesmo período de 2022. O consumo aparente de produtos siderúrgicos foi de 23,9 milhões de toneladas, aumento de 1,5% que se deve exclusivamente à disparada das importações. A SINOBRAS está em processo de conclusão das obras que vão mais que duplicar a sua capacidade de produção. Os testes iniciaram em dezembro de 2023, com entrega prevista ao longo de 2024. O projeto compreende a instalação da Laminação 2, com capacidade de produção de 500 mil toneladas/ ano de aço laminado em bobina e spooler. A expansão da SINOBRAS significa uma série de benefícios e crescimentos para a economia local, como o aumento de empregos e o desenvolvimento regional. Além disso, a siderúrgica investiu em capacitações para deixar a mão de obra apta a operar a nova área. Nesse contexto, a Sinobras produziu 341.867 toneladas de laminados, um aumento de 1,4% em relação ao ano anterior, quando foram produzidas 337.305 t. As entregas totalizaram 409.091 toneladas e a receita líquida atingiu R$2 bilhões (redução de 11,6% nas entregas e de 22,3%, na receita líquida frente a 2022). A queda da receita líquida decorreu essencialmente de um menor volume vendido e preço médio de venda inferior relativamente ao ano anterior. A margem bruta de vendas apresentou queda, passando para 28,3%, em 2023, contra 37,4%, em 2022. A redução na margem bruta se deve à diminuição do preço médio de venda frente ao exercício anterior. O EBITDA sofreu recuo de 44%, atingindo R$409 milhões, com margem de 20% (R$732 milhões e 28%, respectivamente, em 2022). A dívida bruta apresentou recuo de cerca de 77%. O caixa operacional gerado no ano, de aproximadamente R$56 milhões, foi 85,6% abaixo do caixa operacional gerado no ano anterior. Por fim, agradecemos o apoio e confiança dos nossos stake *holders* ao longo de 2023, com os quais gostaríamos de manter e estreitar nossos laços ao longo de 2024, que já começou com desafios para todo o país, e para o segmento do aço não seria diferente. Acreditamos que a perspectiva para este ano se mantenha positiva para nosso setor, permanecemos otimistas e esperançosos e continuaremos enfrentando esse momento com planejamento, buscando sempre as melhores soluções para nossos negócios.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.460	218.275
Aplicações financeiras	5	41.038	32.116
Contas a receber de clientes	6	152.449	237.673
Estoques	7	693.113	510.611
Impostos a recuperar		13.207	5.414
Pagamentos antecipados	9	105.376	64.005
Outras contas a receber		25.423	10.363
Total do ativo circulante		**1.049.066**	**1.078.457**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	15.467	14.160
Pagamentos antecipados	9	266.740	214.379
Depósitos judiciais		6.085	4.572
Transações com partes relacionadas	10	783.835	1.191.825
Outras contas a receber		4.492	4.857
Total do realizável a longo prazo		**1.076.619**	**1.429.793**
Investimentos	11	116.493	111.505
Propriedades para investimento	12	113.732	29.136
Imobilizado	13	1.144.115	832.649
Intangível		5.033	3.263
Total do ativo não circulante		**2.455.992**	**2.406.346**
Total do ativo		**3.505.058**	**3.484.803**
	Notas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	113.238	183.132
Obrigações sociais e trabalhistas		25.230	17.276
Financiamentos e empréstimos	15	41.742	871
Debêntures	16	-	44.526
Impostos a recolher	17	21.234	15.403
Imposto de renda e contribuição social	17	1.591	8.296
Adiantamentos de clientes		29.079	33.708
Dividendos a pagar	10	106.891	138.372
Transações com partes relacionadas	10	474	-
Outras contas a pagar		27.751	39.555
Total do passivo circulante		**367.230**	**481.139**
Não circulante			
Fornecedores	14	7.072	10.186
Financiamentos e empréstimos	15	4.469	10.857
Debêntures	16	-	148.471
Impostos a recolher	17	19.029	26.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	83.557	72.224
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	27.575	27.575
Mútuos com partes relacionadas	10	9.321	66.505
Outras contas a pagar		4.566	4.566
Provisão para contingências	18	2.339	4.953
Total do passivo não circulante		**157.928**	**371.658**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		387.897	387.897
Reserva de capital		3.561	3.561
Reservas de lucros		2.575.781	2.227.887
Ajustes de avaliação patrimonial		12.661	12.661
Total do patrimônio líquido		**2.979.900**	**2.632.006**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.505.058**	**3.484.803**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	379.946	630.087
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**379.946**	**630.087**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	2.031.671	2.614.289
Custos dos produtos vendidos	21	(1.456.633)	(1.636.582)
Lucro bruto		**575.038**	**977.707**
Despesas (receitas) operacionais			
Vendas	21	(214.615)	(230.342)
Provisão para perdas esperadas com créditos	21	(5.568)	(2.912)
Administrativas e gerais	21	(62.769)	(59.885)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	21	79.375	7.560
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**371.461**	**692.128**
Receitas financeiras	22	60.398	49.422
Despesas financeiras	22	(35.885)	(54.206)
Variações cambiais líquidas	22	2.132	4.154
Resultado financeiro líquido		**26.645**	**(630)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**398.106**	**691.498**
Imposto de renda e contribuição social	8		
Corrente		(6.827)	(58.130)
Diferidos		(11.333)	(3.281)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferidos)		**(18.160)**	**(61.411)**
Lucro líquido do exercício		**379.946**	**630.087**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.254.854	2.909.069
Outras receitas	102.272	26.729
Receitas relativas à construção de ativos próprios	230.805	156.668
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(5.568)	(2.912)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.182.990)	(1.398.661)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(511.436)	(433.099)
Perda/recuperação de valores ativos	(8.666)	(1.009)
Outros	4.241	(2.365)
Valor adicionado bruto	**883.512**	**1.254.420**
Depreciação e amortização	(44.958)	(38.682)
Valor adicionado líquido	**838.554**	**1.215.738**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	56.612	48.903
Valor adicionado total a distribuir	**895.166**	**1.264.641**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**195.949**	**153.854**
Remuneração direta	139.817	114.225
Benefícios	45.686	31.343
FGTS	10.446	8.286
Impostos, taxas e contribuições	**261.444**	**415.953**
Federais	209.231	323.667
Estaduais	49.867	75.398
Municipais	1.323	166
Outros impostos, taxas e contribuições	1.023	16.722
Remuneração de capitais de terceiros	**57.827**	**64.747**
Juros, variações cambiais e despesas com financiamentos	27.200	42.554
Aluguéis	30.627	22.193
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	32.052	63.616
Lucro líquido do exercício	347.894	566.471
Valor adicionado total distribuído	895.166	1.264.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		379.946	630.087
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa:			
Depreciação e amortização	13	44.958	38.682
Juros de financiamentos e empréstimos	15	1.430	260
Juros de debêntures	16	13.498	19.737
Juros sobre mútuos financeiros	16	97	(18.366)
Juros sobre notas comerciais	15	(9.523)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	22	(6.367)	(3.956)
Reversão deságio RJ	15	1.227	-
Bônus de adimplência	15	(91.101)	-
Variação de valor justo de propriedades para investimento	12	(1.720)	243
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	13	127	31
Provisão para perdas esperadas com créditos clientes	6	3.649	2.852
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de outras contas a receber		1.919	60
Reversão de provisão para contingências	18	(2.614)	(33.390)
Variação cambial		(1.136)	(11.831)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	8	18.160	61.411
Atualização monetária sobre venda de participações societárias	15	(3.740)	(3.489)
Lucro líquido ajustado		**348.810**	**682.331**
Variações nos ativos circulantes e não circulantes			
Contas a receber de clientes		81.407	(23.587)
Estoques		(182.502)	143.945
Impostos a recuperar		(10.440)	(2.052)
Pagamentos antecipados		(93.732)	(273.697)
Depósitos judiciais		(1.513)	(1.794)
Outras contas a receber		(16.932)	(4.459)
Variações nos passivos circulante e não circulantes			
Fornecedores		(71.872)	71.861
Obrigações sociais e trabalhistas		7.954	17.276
Operações de desconto de duplicatas		41.350	(94.200)
Outras contas a pagar		(14.073)	(15.931)
Impostos a recolher		(7.187)	2.078
Adiantamentos de clientes		(4.628)	(30.567)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**76.642**	**471.204**
Pagamento de encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos		(191)	(259)
Pagamento de encargos financeiros relacionados a debêntures	16	(10.181)	(14.823)
Pagamento de IRPJ e CSLL		(10.387)	(68.907)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**55.883**	**387.215**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5.b	(64.765)	(30.004)
Resgates de aplicações financeiras	5.b	60.406	-
Aquisição de investimentos	11	(4.988)	(4.988)
Aquisição de imobilizado	14	(355.797)	(199.129)
Aquisição de intangível		(2.538)	(1.114)
Aquisição de propriedade para investimento	13	(82.693)	(15.438)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	15	-	(379.922)
Recebimento de emprést. de partes relacionadas	15	954.372	509.064
Notas comerciais concedidas partes relacionadas	15	(750.000)	-
Recebimento notas comerciais concedidas partes relacionadas	15	230.000	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(16.003)**	**(121.531)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos e empréstimos	15	(637)	(874)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	15	63.940	71.560
Pagamento de empréstimos a partes relacionadas	15	(134.252)	(69.579)
Pagamento de debêntures	16	(105.213)	(30.088)
Pagamento de dividendos	15	(63.533)	(29.426)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(239.695)**	**(58.407)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(199.815)**	**207.277**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		218.275	10.998
No final do exercício		18.460	218.275
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(199.815)**	**207.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Reserva de capital	Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de subvenção de investimento	Reserva legal	Reserva de contin-gências	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a disposição da assembleia	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumu-lados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**387.897**	**3.561**	**77.579**	**471.304**	**958.201**	**112.914**	**40.826**	**113.506**	**12.661**	**-**	**2.178.449**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630.087	630.087
Constituição de reservas	-	-	-	157.521	375.623	-	-	33.327	-	(566.471)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(112.914)	-	-	-	(63.616)	(176.530)
Saldos em 31/12/2022	**387.897**	**3.561**	**77.579**	**628.825**	**1.333.824**	**-**	**40.826**	**146.833**	**12.661**	**-**	**2.632.006**
Ajustes nos saldos das reservas	-	-	-	-	**(235)**	**-**	-	**235**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	**-**	-	-	-	379.946	379.946
Constituição de reservas	-	-	-	94.987	251.739	**-**	-	1.168	(347.894)	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	**-**	-	-	-	(32.052)	(32.052)
Saldos em 31/12/2023	**387.897**	**3.561**	**77.579**	**723.812**	**1.585.328**	**-**	**40.826**	**148.236**	**12.661**	**-**	**2.979.900**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Sinobras" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Rodovia PA 150, KM 425 s/n, Marabá, Estado do Pará, e tem por objetivo social, principalmente a indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semiacabados de aço; ferro-gusa, bem como a exportação desses produtos.

Produzindo aço desde maio de 2008, a Companhia é integrada ao Grupo Aço Cearense e possui uma linha de produtos que inclui vergalhões, fio-máquina e trefilados e já alcança todo país.

Recuperação judicial - Em 4 de maio de 2017, a Siderúrgica Norte Brasil S.A., em conjunto com a controladora WMA Participações S.A. e as outras empresas do grupo: Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda. e Sinobras Florestal Ltda. ajuizaram pedido de recuperação judicial, na Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falências. A Companhia, considerando os desafios decorrentes da crise econômica no Brasil, que impactaram principalmente os setores de siderurgia e metalurgia, as dificuldades para encontrar uma alternativa viável junto aos credores, bem como para ajustar a estrutura de capital, entendeu ser indispensável buscar uma recuperação judicial diferenciada, preventiva e responsável, tendo como premissa a manutenção da saúde financeira e operacional da Companhia. Assim, o pedido de recuperação judicial objetivou a reestruturação financeira da Companhia e não pretendia alterar as relações comerciais. Os saldos em aberto decorrentes do plano de recuperação judicial encontram-se substancialmente liquidados, com exceção dos valores em aberto e apresentados nessas demonstrações financeiras com destaque de saldos decorrentes do plano de recuperação judicial. Em maio de 2022, o juiz determinou o início dos trâmites para encerramento do processo de Recuperação Judicial, intimando as partes, credores e administrador judicial para manifestarem-se. Em julho de 2022, houve a manifestação do Ministério Público favorável ao encerramento. Finalmente, em 29 de setembro de 2022, o processo encontrou-se concluso com o juiz. Em 05 de outubro de 2022, após ouvidas as partes, credores, ministério público e administrador judicial, foi proferida pelo juiz a sentença de encerramento da recuperação judicial, a qual foi publicada no diário oficial da justiça em 10 de outubro de 2022.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão dessas Demonstrações financeiras em 28 de maio de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração -** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como alguns ativos que sofreram reavaliação na adoção inicial dos CPCs (custo atribuído) e as propriedades para investimentos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas Demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Entretanto, não há julgamento significativo utilizado pela administração. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***a. Incertezas sobre premissas e estimativas -*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos estão inclusos nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; • Nota 13 - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota 18 - provisão para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações financeiras. **3.1 Reconhecimento de receita -** O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receberem pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida, deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. ***Venda de produtos -*** A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos prometidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos bens. Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. **3.2 Transações em moeda estrangeira -** Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos na demonstração de resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **3.3 Instrumentos financeiros - *(i)Ativos financeiros -*** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). *Mensuração subsequente* - **Ativos financeiros ao custo amortizado -** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem, contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e outras contas a receber. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras. **Desreconhecimento (baixa) -** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes) -** Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável, apenas para o contas a receber e outras contas a receber foram reconhecidas perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois de acordo com a avaliação da Companhia, os demais itens apresentam baixo risco associado e não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ***(ii) Passivos financeiros -*** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa)* - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.4 Determinação do valor justo -** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados em premissas que levam em consideração principalmente as condições de mercado existentes na data do balanço. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3.5 Provisão para recuperação dos ativos -** A Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível. Na data de cada encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. **3.6 Estoques -** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e/ou produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.7 Investimentos -** Os investimentos permanentes, por não representarem controladas e/ou coligadas, são avaliados ao custo de aquisição deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.8 Imobilizado -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. **3.9 Provisões diversas -** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.10 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas -** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente -** No âmbito das regras de incentivos fiscais de redução do imposto de renda, cujo valor é destinado a reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais - a Companhia é beneficiária, de redução de 75% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de venda de laminados e trefilados (lucro da exploração). A despesa de imposto de renda e CSLL corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco. **3.12 Imposto de renda e contribuição social diferido -** Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. **3.13 Subvenções governamentais -** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do exercício de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. **3.14 Receitas e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas, despesas com juros sobre

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

empréstimos, debêntures e sobre outras obrigações e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.15 Ajuste a valor presente -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas -** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. ***a. Classificação dos passivos e como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26) -*** As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. ***b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40) -*** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia, está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. ***c. Outras Normas -*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	10.301	8.704
Aplicações financeiras	8.159	209.571
	18.460	218.275

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se exclusivamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações compromissadas, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 101,11% do CDI (104,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022) e garantem, substancialmente, liquidez imediata. Essas aplicações podem ser resgatadas antes do seu prazo de vencimento, podendo haver variação insignificante nos rendimentos e por essa razão foram considerados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se, a cotas de fundo de investimento multimercado no valor de R$ 10.755 (R$32.116 em 2022) com liquidez de 60 dias e rentabilidade média de 98,75% em CDI (101,63% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As aplicações registradas no longo prazo, R$ 15.467 (R$14.160 em 2022) estão vinculadas a dívidas pertencentes ao plano de recuperação judicial, com previsão de resgate apenas ao final do fluxo de pagamentos, estimado para 2036..

a. Composição do saldo

	31/12/2023	31/12/2022
CDB	45.750	14.160
Fundos de investimentos	10.755	32.116
	56.505	46.276

b. Movimentação aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	46.276	12.316
Aplicação	64.765	30.004
Rendimento	6.367	3.956
IRRF	(497)	-
Resgate	(60.406)	-
	56.505	46.276

6. Contas a receber de clientes

a. Composição do saldo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes - mercado interno	169.045	145.502
Partes relacionadas (Nota 10)	6.545	120.740
	175.590	266.242
Provisão para perdas esperadas	(23.141)	(28.569)
Total	152.449	237.673

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, nenhum cliente, individualmente, representa mais de 10% do saldo total de contas a receber.

Por vencimento dos títulos

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	125.511	135.911
Vencidos		
1 a 60 dias	21.363	29.220
61 a 120 dias	1.093	69.226
121 a 180 dias	2.410	2.230
Acima de 180 dias	25.213	29.655
	175.590	266.242

b. Movimentação de provisão para perdas esperadas

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(28.569)	(26.061)
Adições	(6.883)	(11.051)
Reversões	3.234	8.199
Baixas	9.077	344
Saldo final	(23.141)	(28.569)

As operações de vendas a prazo, representadas principalmente por vendas através de duplicatas, têm recebimento médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 19 dias (31 de dezembro de 2022 de 25 dias). A Companhia não realiza ajuste a valor presente por não representar efeito significativo nas demonstrações contábeis. ***Critério de mensuração da provisão -*** Com base na análise individual de seus clientes terceiros, a Administração constitui provisão para perdas esperadas no contas a receber em montante considerado suficiente para fazer frente às eventuais perdas por toda a vida dos títulos. Para mensuração da provisão, a Administração tem por base o histórico de perda e atrasos significativos, além da expectativa de perda esperada sobre os títulos em questão. A análise de risco é realizada de forma individual, considerando seu histórico, situação financeira atual e negociações em andamento. Não há alteração nos critérios para constituição da provisão comparado com 31 de dezembro de 2022.

7 Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	150.538	145.129
Produtos semiacabados	323.137	69.470
Matérias-primas	120.076	195.117
Almoxarifado	79.192	84.784
Estoque em trânsito	20.170	16.111
	693.113	510.611

O custo dos produtos vendidos reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 1.456.633 (31 de dezembro de 2022 – R$ 1.636.582). O aumento observado em produtos semiacabados está relacionado ao aproveitamento da capacidade excedente da aciaria ao longo do ano de 2023 na produção de tarugos, com a finalidade de atender parcialmente a demanda da laminação 02, projeto em andamento com previsão de conclusão no segundo semestre de 2024. A Companhia, considerando a natureza de suas mercadorias, não possui indicadores que venham requerer a constituição de provisão para perdas sobre os estoques de produtos.

8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal	3.249	6.273
	3.249	6.273
Diferenças temporárias		
Provisão para perda esperadas com contas a receber	5.649	6.273
Provisão para faturado e não entregue	1.269	1.138
Outras provisões	1.622	3.323
	8.540	10.734
Passivo		
Adoção do custo atribuído	(2.923)	(2.923)
Vida útil do ativo imobilizado	(12.396)	(13.319)
Valor justo de propriedades para investimentos	(1.007)	(732)
Impostos diferidos recuperação judicial	(79.020)	(65.984)
	(95.346)	(82.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(83.557)	(72.224)

b. Conciliação da despesa - Para o ano de 2023, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral como forma de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	398.106	691.498
Alíquota combinada	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(135.356)	(235.109)
Incentivo fiscal – ICMS	86.138	105.206
Incentivo fiscal – Redução de IR (Nota 23)	1.291	63.241
(Adições) exclusões, líquidas(i)	29.767	5.251
Imposto de renda e contribuição social	(18.160)	(61.411)
Composição:		
Corrente		
Imposto de renda	(5.787)	(88.870)
Benefícios fiscais	1.291	63.241
Contribuição Social	(2.331)	(32.501)
	(6.827)	(58.130)
Diferido	(11.333)	(3.281)
	(18.160)	(61.411)
Alíquota efetiva	5%	9%

(i) O principal impacto no aumento das adições e exclusões líquidas, é decorrente da diminuição dos incentivos fiscais.

c. Conciliação diferido com impacto no resultado

				Em 31 dezembro 2023	
Em milhares de reais	Saldo Líquido em 1.º janeiro	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido
Provisão para perda com clientes	6.273	(624)	5.649	5.649	-
Provisão para faturado e não entregue	1.138	131	1.269	1.269	-
Provisão para fretes sobre vendas	2.017	(2.017)	-	-	-
Outras provisões	1.306	316	1.622	1.622	-
Prejuízo fiscal	-	3.249	3.249	-	3.249
Valor Justo	(732)	(275)	(1.007)	-	(1.007)
Custo Atribuído	(2.923)	-	(2.923)	-	(2.923)
Vida Útil Econômica	(13.319)	923	(12.396)	-	(12.396)
Tributos RJ	(65.984)	(13.036)	(79.020)	-	(79.020)
Imposto Líquido passivo (Ativo)	(72.224)	(11.333)	(83.557)	8.540	(92.097)

				Em 31 dezembro 2022	
Em milhares de reais	Saldo Líquido em 1.º janeiro	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido
Provisão para perda com clientes	13.177	(6.904)	6.273	6.273	-
Provisão para faturado e não entregue	3.429	(2.291)	1.138	1.138	-
Provisão para contingência tributária	11.756	(11.756)	-	-	-
Provisão para fretes sobre vendas	4.310	(2.293)	2.017	2.017	-
Outras provisões	4.376	(3.070)	1.306	1.306	-
Valor Justo	(1.662)	930	(732)	-	(732)
Custo Atribuído	(6.516)	3.593	(2.923)	-	(2.923)
Vida Útil Econômica	(31.829)	18.510	(13.319)	-	(13.319)
Tributos RJ	(65.984)	-	(65.984)	-	(65.984)
Imposto Líquido passivo (Ativo)	(68.943)	(3.281)	(72.224)	10.734	(82.958)

9. Pagamentos antecipados

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores nacionais	19.909	17.570
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	28.763	16.284
Adiantamento a fornecedores intercompany (nota 10)	321.559	241.906
Adiantamentos a funcionários	616	567
Outros adiantamentos	1.269	2.057
	372.116	278,384
Circulante	105.376	64.005
Não Circulante	266.740	214.379

Os adiantamentos realizados a fornecedores decorrem essencialmente para aquisição de matéria prima e outros insumos utilizados no processo produtivo.

10 Partes relacionadas

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

a. Transações ativas

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)		
Aço Cearense Comercial Ltda.	6.293	120.738
Aço Cearense Industrial Ltda.	217	-
Sinobras Florestal Ltda.	35	2
	6.545	120.740
Outras contas a receber e conta corrente		
WMA Participações S.A.	1.238	1.238
Aço Cearense Comercial Ltda.	-	14
Aço Cearense Industrial Ltda.	4.660	-
	5.898	1.252
Adiantamentos a fornecedores (Nota 9)		
Aço Cearense Industrial Ltda.	-	120
Sinobras Florestal Ltda.	62.847	27.407
	62.847	27.527
Total do ativo circulante	75.290	149.519
Não circulante		
Adiantamento a fornecedor (Nota 9)		
Sinobras Florestal Ltda.	258.712	214.379
	258.712	214.379
Mútuos ativos (i)		
Aço Cearense Comercial Ltda.	5.695	5.695
Aço Cearense Industrial Ltda.	560.013	971.743
	565.708	977.438
Vendas de participações societárias (ii)		
WMA Participações S.A.	218.127	214.387
	218.127	214.387
Mútuos e venda de participação societária	783.835	1.191.825
Total do ativo não circulante	1.042.547	1.406.204
Total do ativo	1.117.837	1.555.723

b. Transações passivas

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)		
Aço Cearense Comercial Ltda.	**158**	16.378
Aço Cearense Industrial Ltda.	**166**	-
Aço Cearense Logística Ltda	**10.859**	-
Sinobras Florestal Ltda.	**-**	1
Varejão sucata	**380**	533
	11.563	16.912
Outras contas a pagar		
Aço Cearense Comercial Ltda.	**2.792**	3.575
	2.792	3.575
Mútuos passivos		
Pessoas Fisicas (iv)	**474**	-
	474	-
Dividendos a pagar		
Aço Cearense Industrial Ltda.	**62.919**	73.189
WMA Participações S.A.	**43.554**	64.818
Acionistas não controladores	**418**	365
	106.891	138.372
	121.246	158.859
Não circulante		
Mútuos passivos		
Aço Cearense Industrial Ltda.	**59**	59
Pessoas Físicas (iv)	**9.262**	66.446
	9.321	66.505
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)		
Aço Cearense Industrial Ltda.	**27.575**	27.575
	27.575	27.575
	36.896	94.080
Total do passivo	**158.142**	189.323

c. Transações de resultado

As operações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes conforme segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Fretes	Vendas	Compras	Fretes	Vendas	Compras
Resultado						
Aço Cearense Comercial Ltda.	-	118.176	704	-	96.186	106.882
Aço Cearense Industrial Ltda.	-	157	834	-	43	554
Sinobras Florestal Ltda.	-	64	34.224	-	795	27.372
Aço Cearense logística	47.045	-	-	-	-	-
	47.045	118.397	35.762	-	97.024	134.808

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos compartilhados		
Aço Cearense Comercial Ltda.	39.114	41.365
	39.114	41.365

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Aço Cearense Industrial Ltda.	16.916	25.192
Sinobras Florestal Ltda.	-	424
WMA Participações S.A.	3.740	3.489
	20.656	29.105
Resultado financeiro	20.656	29.105

(i) Referem-se a contratos de mútuos entre as partes relacionadas. Os contratos são atualizados pela variação da Taxa Referencial (TR), mais 0,5% ao mês, sendo reconhecido o IOF nas operações de crédito. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R$16.916 em receitas com juros sobre esses contratos (R$25.616 em 31 de dezembro de 2022). Não há prazo pré-definido para recebimento destes mútuos. (ii) Em 31 de janeiro de 2014, a Companhia alienou, em favor da controladora WMA Participações S.A. – controladora final, a totalidade das quotas de sua titularidade da Sinobras Florestal Ltda., ou seja, 199.965 (cento e noventa e nove, novecentos e sessenta e cinto) quotas, que corresponde a 99,98% do capital social. O valor será pago pela WMA Participações S.A., em favor da Companhia, conforme disponibilidade financeira da WMA Participações S.A. – Controladora final. O saldo devedor foi atualizado pelo índice da Taxa Referencial (TR). (iii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital recebido do acionista Aço Cearense Industrial Ltda. (iv) Em 2022 a Sinobras realizou a contratação de mútuos com partes relacionadas pessoas físicas no valor inicial de R$61.979 e remuneração de 110% da CDI com prazo de 12 meses, com expectativa de ser prorrogado em comum acordo entre as partes. Em 2023 houve novas contratações no montante de R$ 62.940 e pagamentos de R$133.248. **d. Outras partes relacionadas -** A Companhia possui outras partes relacionadas, com as quais não efetuou transações no decorrer de 2023, abaixo qualificadas: • Cia. Geração de Energia Elétrica Paranapanema; • Elektro Eletricidade e Serviços S.A.; • União Participações Ltda.; • Simara Participações e Empreendimentos Ltda.; e • W Steel Industrial e Comércio Ltda. **e. Remuneração do pessoal-chave da Administração -** Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é definida a remuneração dos administradores da Companhia, que é distribuída aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. A remuneração dos diretores e dos demais membros do pessoal-chave da Administração, registrada na rubrica de "despesas administrativas e gerais" em 31 de dezembro de 2023, foi de R$1.523 (R$1.465 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício de longo prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços, benefícios pós-emprego, tais como pensões e benefícios de aposentaria.

11 Investimentos

A Companhia para garantir a sustentabilidade energética de sua usina em Marabá/PA tem participação de 1% na SPE (Sociedade de Propósito Específico) - Norte Energia S.A. - companhia responsável pela implantação e gestão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de investimento estratégico, pois assegura e possibilita (informações não auditadas pelos auditores independentes): • Suficiência energética para produção de até 600 mil toneladas de aço por ano; • Operação em horário de ponta, o que aumenta a utilização dos equipamentos em 20% nos dias úteis; • Melhor qualidade da energia disponibilizada; • Redução do custo energético e por consequência a redução do custo de produção; e • Maior competitividade. De acordo com o CPC 48, todos os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser mensurados ao valor justo. Contudo em circunstância limitada, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo. Esse pode ser o caso se não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo, ou se houver ampla gama de mensurações ao valor justo possíveis e o custo representar a melhor estimativa do valor justo nessa gama. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R$116.493 (R$111.505 em 31 de dezembro de 2022) está registrado ao custo de aquisição do investimento. No período findo em 31 de dezembro de 2023 foi realizado aporte de R$4.988 (R$4.989 no período findo em 31 de dezembro de 2022). Não há efeito de equivalência patrimonial, pois não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição e deduzidos de *impairment,* quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum indício de *impairment* para registro no investimento.

12 Propriedade para investimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	29.136	13.275
Aquisições	82.693	15.438
Dação de pagamento	169	665
Reclassificação	14	-
Ajuste a valor justo	1.720	(242)
Saldo final	113.732	29.136

A Companhia realiza anualmente a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.
O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método evolutivo, em que o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo.
Em 2023 a Companhia realizou a aquisição de três terrenos situados na cidade de Fortaleza, visando custo de oportunidade e expectativa de valorização nos próximos anos.

13 Imobilizado

a. Composição

		31/12/2023			31/12/2022
	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	20.707	-	20.707	20.721
Obras civis	4,03%	202.134	(96.947)	105.187	107.453
Instalações	9,34%	122.461	(106.791)	15.670	18.419
Máquinas e equipamentos	8,84%	494.950	(337.942)	157.008	166.595
Móveis, aparelhos e acessórios	10,19%	5.406	(2.418)	2.988	1.473
Veículos	17,58%	59.350	(24.032)	35.318	5.811
Equipamentos de processamentos de dados	19,98%	9.246	(5.041)	4.205	2.104
		914.254	(573.171)	341.083	322.576
Adiantamento a fornecedores		5.971	-	5.971	19.938
Imobilizações em andamento (a)		797.061	-	797.061	490.135
		803.032	-	803.032	510.073
		1.717.286	(573.171)	1.144.115	832.649

		31/12/2022			31/12/2021
	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	20.721	-	20.721	20.721
Obras civis	4,03%	196.420	(88.967)	107.453	114.896
Instalações	9,31%	121.273	(102.854)	18.419	20.320
Máquinas e equipamentos	8,77%	480.603	(314.008)	166.595	175.574
Móveis, aparelhos e acessórios	10,23%	3.683	(2.210)	1.473	1.037
Veículos	16,67%	23.311	(17.500)	5.811	6.845
Equipamentos de processamentos de dados	20,78%	6.530	(4.426)	2.104	1.623
		852.541	(529.965)	322.576	341.016
Adiantamento a fornecedores		19.938	-	19.938	619
Imobilizações em andamento (a)		490.135	-	490.135	330.138
		510.073	-	510.073	330.757
		1.362.614	(529.965)	832.649	671.773

(a) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imobilizações em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da produção de laminados com a instalação de nova planta e construção de subestação (R$ 490.399) e linhas de transmissão (R$ 107.155). A administração estima que estes projetos estejam concluídos até o final do exercício de 2024.

b. Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depre-ciação	Transfe-rência	Reclas-sificação	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	20.721	-	-	-	-	14	20.707
Obras civis	107.453	-	-	(7.980)	5.714	-	105.187
Instalações	18.419	475	(34)	(4.061)	871	-	15.670
Máquinas e equipamentos	166.595	10.061	(36)	(24.298)	4.686	-	157.008
Móveis, aparelhos e acessórios	1.473	1.774	(19)	(315)	75	-	2.988
Veículos	5.811	4.937	(12)	(6.545)	31.127	-	35.318
Equipamentos de processamentos eletrônicos	2.104	2.723	(26)	(991)	395	-	4.205
	322.576	19.970	(127)	(44.190)	42.868	14	341.083
Adiantamento a fornecedores	19.938	19.713	-	-	(33.680)	-	5.971
Imobilizações em andamento	490.135	316.114	-	-	(9.188)	-	797.061
	832.649	355.797	(127)	(44.190)	-	14	1.144.115

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depre-ciação	Transfe-rência	Reclas-sificação	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	20.721	-	-			-	20.721
Obras civis	114.896	311	-	(7.813)	59	-	107.453
Instalações	20.320	258	-	(3.980)	1.821	-	18.419
Máquinas e equipamentos	175.574	11.615	(7)	(23.987)	3.400	-	166.595
Móveis, aparelhos e acessórios	1.037	568	(5)	(236)	109	-	1.473
Veículos	6.845	58	-	(1.555)	463	-	5.811
Equipamentos de processamentos eletrônicos	1.623	863	(19)	(643)	280	-	2.104
	341.016	13.673	(31)	(38.214)	6.132	-	322.576
Adiantamento a fornecedores	619	24.411	-	-	(5.092)	-	19.938
Imobilizações em andamento	330.138	161.045	-	-	(1.040)	(8)	490.135
	671.773	199.129	(31)	(38.214)	-	(8)	832.649



(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

c. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado - A Companhia revisa e ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou fatores que pudessem alterar significativamente a vida útil dos seus ativos imobilizados. **d. Garantias -** Parte do saldo do imobilizado (R$33.684), pertencentes a classe de instalações, máquinas e equipamentos e terrenos foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 15). **e. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) -** A Companhia analisa anualmente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da Administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia. Dessa forma, a Administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas Demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

14 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores no país		
Partes relacionadas (Nota 10)	**11.563**	16.912
Fornecedores diversos	**96.670**	95.497
Fornecedores no exterior		
Fornecedores - recuperação judicial	**9.532**	12.822
Fornecedores diversos	**2.545**	68.087
	120.310	193.318
Circulante	**113.238**	183.132
Não circulante	**7.072**	10.186

Ajuste a valor presente - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações que gerassem efeito significativo de ajuste a valor presente nos seus saldos contábeis. **Fornecedores Recuperação Judicial -** Os fornecedores que estão no processo de recuperação judicial estão enquadrados nas categorias listadas no quadro abaixo, com previsão de conclusão em 2036:

Credores	Item	Deságio	Carência	Parcelas (m)
Quirograf. pessoa jurídica	7.3.b	90%	22	182
Quirograf. pessoa física	7.3.c	80%	18	66
Colab. forn. energia	8.3.1	-	12	108
Colab. forn. int. de aço	8.3.5	70%	18	102
Colab. seguradores intern.	8.3.6	75%	18	102

15 Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos médios (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Finame – RJ	TR + 0,5%	106	216
Arrendamentos financeiros	TR + 0,50%	-	31
Empréstimos bancários - capital de giro – RJ	TR + 0,50%	4.756	11.481
Duplicatas descontadas	20,70%	41.349	-
		46.211	11.728
Circulante		41.742	871
Não circulante		4.469	10.857

Os bancos que estão no processo de recuperação judicial estão enquadrados nas categorias listadas no quadro abaixo.

Credores	Item	Deságio	Carência	Prazo (m)	Taxa. Pré (a.a.)	Indexador	Custo total (a.a.)
Garantia real	7.2	90%	22	182	0,50%	TR	0,50%
Quirograf. Pessoa Jurídica	7.3.b	90%	22	182	0,50%	TR	0,50%
Colab. Financeiro - Opção A	8.1.7	30%*	17	102	1,00%	CDI	7,50%
Colab. Financeiro - Opção B	8.2.2	40%*	17	102	0,50%	CDI	6,90%

(*) Nesses casos, trata-se de bônus de adimplência a ser concedido de forma parcelada, no 4º, 7º e 10º anos. **Covenants -** Os contratos de empréstimos não apresentam covenants financeiros. ***a. Garantias -*** Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados para a usina integrada de produção de aço, e os empréstimos por cessão fiduciária de duplicatas, alienação fiduciária de equipamentos e aplicações classificadas no ativo não circulante, ambos avalizados pelos principais acionistas. Conforme comentado na Nota 13, em 31 de dezembro de 2023, alguns contratos de financiamentos e empréstimos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, cujo valor líquido contábil é R$33.684 (R$37.751 em 31 de dezembro de 2022).

b. Movimentação

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	11.728	106.801
Pagamento de financiamentos e empréstimos	(637)	(874)
Pagamento de juros	(191)	(259)
Juros financiamentos e empréstimos	1.430	260
Contratações de duplicata descontada	171.078	625.019
Liquidações de duplicatas descontadas	(129.729)	(719.219)
Reversão deságio RJ	1.227	-
Cessão de crédito (i)	(8.695)	-
Saldo final	46.211	11.728

(i) Em junho de 2023 o saldo junto ao banco Votorantim foi cedido via cessão de crédito para parte relacionada pessoa física, entretanto, não houve modificação nos fluxos de pagamentos que seguirá os mesmos critérios estipulados nos termos da recuperação judicial.

c. Cronograma de vencimento das parcelas de longo prazo

	31/12/2023
2025	**396**
2026	**396**
2027	**396**
2028 em diante	**3.281**
	4.469

	31/12/2022
2024	**880**
2025	**874**
2026	**874**
2027 em diante	**8.229**
	10.857

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Ativos e Passivos			
	Empréstimos e financiamentos	**Partes relacionadas**	**Debêntures**	**Dividendos**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.728	1.125.320	192.997	138.372
Pagamento de empréstimos	(637)	-	-	-
Captações de empréstimos com partes relacionadas	-	(63.940)	-	-
Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas	-	134.252	-	-
Liquidação de Debêntures	-	-	(105.213)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(63.533)
Total das variações nos fluxos de financiamentos	(637)	70.312	(105.213)	(63.533)
Outras movimentações				
Juros financiamentos a empréstimos	1430	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	(191)	-	-	-
Duplicata descontada	41.349	-	-	-
Notas comerciais	-	750.000	-	-
Recebimento de notas comerciais cedidas	-	(230.000)	-	-
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	-	(954.372)	-	-
Encargos financeiros sobre partes relacionadas	-	(97)	-	-
Impostos sobre operações com partes relacionadas	-	5.725	-	-
Juros sobre debentures	-	-	13.498	-
Pagamento de juros sobre debêntures	-	-	(10.181)	-
Bônus adimplência	-	-	(91.101)	-
Atualizações financeiras (Venda de ações)	-	3.740	-	-
Outras movimentações	(7.468)	(6.111)	-	-
Juros sobre notas comerciais	-	9.523	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	32.052
Total das outras variações	35.120	(421.592)	(87.784)	32.052
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.211	774.040	-	106.891

	Empréstimos e financiamentos	**Partes relacionadas**	**Debêntures**	**Dividendos**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	106.801	1.275.311	218.171	48.259
Duplicata descontada	(94.200)	-	-	-
Captações de empréstimos com partes relacionadas	-	71.560	-	-
Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas	(874)	(69.579)	-	-
Liquidação de Debêntures	-	-	(30.088)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(29.426)
Total das variações nos fluxos de financiamentos	(95.074)	1.981	(30.088)	(29.426)
Outras movimentações				
Juros financiamentos e empréstimos	260	-	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	(259)	-	-	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	379.922	-	-
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	-	(509.064)	-	-
Encargos financeiros sobre partes relacionadas	-	18.366	-	-
Impostos sobre operações com partes relacionadas	-	12.055	-	-
Juros sobre debêntures	-	-	19.737	-
Pagamento de juros sobre debêntures	-	-	(14.823)	-
Atualizações financeiras (Venda de ações)	-	3.489	-	-
Outras movimentações	-	251	-	-
Dividendos a pagar	-	(56.991)	-	119.539
total das outras variações	1	(151.972)	4.914	119.539
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.728	1.125.320	192.997	138.372

16 Debêntures

a. Composição

	Parcelas	Encargos (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Terceira emissão (a)				
Debêntures não conversíveis em ações	-	CDI + 1% a.a.	-	192.997
			-	192.997
Circulante			-	44.526
Não circulante			-	148.471

b. Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	192.997	218.171
Juros sobre as debêntures	13.498	19.737
Juros pagos	(10.181)	(14.823)
Amortização de principal	(105.213)	(30.088)
Bônus adimplência	(91.101)	-
Saldo final	-	192.997

As debêntures não apresentam covenants financeiros.

17 Impostos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	3.318	1.372
ICMS	7.158	5.005
Parcelamentos estaduais (a)	23.219	27.910
Parcelamentos federais RJ (b)	3.670	4.876
Outros	2.898	2.561
Subtotal	40.263	41.724
IRPJ a recolher	1.161	4.970
CSLL a recolher	430	3.326
Subtotal	1.591	8.296
Circulante	22.825	23.699
Não circulante	19.029	26.321

(a) A Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário do ICMS ST decorrente de operações interestadual, previsto na IN 15/2019. O parcelamento foi realizado em 60 parcelas mensais iguais e consecutivas. (b) Em 2019, a Companhia aderiu a Parcelamento de Empresário ou Sociedade Empresária em Recuperação Judicial da Receita Federal de débitos de PIS, COFINS, S e MULTA ISOLADA. Conforme disposto na Lei nº 10.522/2012, Art. 10-A, e Instrução Normativa nº 1891/2019, Art. 17, os débitos foram parcelados em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada: • Da 1ª à 12ª prestação: 0,666%. • Da 13ª à 24ª prestação: 1%. • Da 25ª à 83ª prestação: 1,333%. • 84ª prestação: saldo devedor remanescente. Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

Vencimentos	2023	2022
2024	-	10.148
2025	8.581	8.307
2026	8.796	7.866
2027	1.652	-
	19.029	26.321

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos concluiu que existem causas cuja probabilidade de perda é estimada como provável em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$2.339 (R$4.953 em 31 de dezembro de 2022).

	Tributária	Trabalhista	Civil	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.576	3.755	12	38.343
Constituição	-	2.175	-	2.175
Reversão	(34.576)	(977)	(12)	(35.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	4.953	-	4.953
Constituição	**-**	**2.783**	**-**	**2.783**
Reversão	**-**	**(5.397)**	**-**	**(5.397)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**2.339**	**-**	**2.339**

A seguir estão divulgadas as principais causas com probabilidade de perda possível, cujas práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a constituição de provisão. **(i) Ações trabalhistas -** Para as ações trabalhistas, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$2.198 (R$2.462 em 31 de dezembro de 2022), portanto, não foram constituídas provisões para essas ações. Desse montante, a Companhia mantém depositado judicialmente o valor de R$92 (R$0 em 31 de dezembro de 2022). **(ii) Ações ambientais -** Para as ações judiciais e administrativas de natureza ambiental, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$311.043 (R$518.198 em 31 de dezembro de 2022). Em função do estágio em que se encontram as demandas e em razão das tratativas de negociação com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para conversão das multas administrativas em serviço ambiental por meio da implantação do Projeto Floresta Nativa (PFN), elaborado pela Companhia em conjunto com entidades de ensino e pesquisa, e com a participação de organizações não governamentais e órgãos públicos, na opinião dos assessores legais da Companhia, o desfecho final dessas ações no momento é classificado com chance possível, portanto, nenhuma provisão para perda foi contabilizada nas Demonstrações financeiras. A Companhia mantém depósito judicial referente à Ação Anulatória de Auto de Infração lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no valor de R$79 (R$79 em 31 de dezembro de 2022). **(iii) Ações tributárias -** Para as ações tributárias, a Administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$17.796 (R$19.137 em 30 de junho de 2022), para as quais não foram constituídas provisões. Desse montante, a Companhia mantém depositado judicialmente o valor de R$0 (R$229 em 31 de dezembro de 2022). **(iv) Ações cíveis -** Para as ações de natureza cível, a administração e seus assessores legais têm expectativa de perda classificada como possível em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 224 (R$0 em 31 de dezembro de 2022).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$387.897, assim representado:

	Quantidade de ações - 2023 e 2022						
	ON	%	PNA	PNB	PNC	Total	%
Acionista							
WMA Participações S.A.	**82.945.374**	**80,02**	**1.660.392**	**-**	**-**	**84.605.766**	**67,30**
Aço Cearense Industrial	**20.707.229**	**19,97**	**12.238.484**	**2.135.597**	**5.818.447**	**40.899.757**	**32,54**
Demais acionistas	**2.004**	**0,001**	**200.656**	**-**	**1.730**	**204.390**	**0,16**
	103.654.607	**100**	**14.099.532**	**2.135.597**	**5.820.177**	**125.709.913**	**100**

• ON - Ações ordinárias nominativas; • PNA - Ações preferenciais nominativas classe "A"; • PNB - Ações preferenciais nominativas classe "B"; • PNC - Ações preferenciais nominativas classe "C"; **b. Reserva de capital - *Reserva de subvenção de investimento -*** Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Companhia é beneficiária de redução de 75% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva era de R$3.561. **c. Reservas de lucros - *Reserva legal -*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme artigo 31 do seu Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva é R$77.579 (R$77.579 em 2022) que representa o limite estabelecido na Lei. ***Reserva para contingências -*** É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do Estatuto Social, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva é R$ 723.812 (R$628.825 em 31 de dezembro de 2022). ***Reserva de incentivos fiscais -*** Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva é R$1.585.328 (R$1.333.824 em 31 de dezembro de 2022). **d. Reservas de lucros - *Reserva de retenção de lucros -*** Em conformidade com o artigo 31 do Estatuto Social, a Companhia após destinação da reserva legal, reserva para contingências, reserva de lucros - incentivos fiscais e dividendos, constituirá a reserva de retenção de lucros (artigo 196 da Lei nº 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), que foi emitido em 16 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva de retenção de lucros é R$40.826 (R$40.826 em 31 de dezembro de 2022). ***Reserva de lucros a disposição da assembleia -*** Em conformidade com o Art. 31, § 2º, "d", do Estatuto Social e após destinação das reservas legal (5%), de contingências (25%) e de incentivos fiscais e dividendos, a Companhia constituiu reserva de lucros a disposição da Assembleia, no montante de R$148.236 (R$146.833 em 31 de dezembro de 2022). **e. Ajuste de avaliação patrimonial -** Refere-se ao custo atribuído *(deemed cost)* dos terrenos, no montante de R$12.661, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O saldo não apresenta movimentação visto que os bens reavaliados (terrenos) não depreciam. **f. Dividendos -** A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo aos acionistas na base mínima de 5% (cinco por cento), e na base máxima de 30% (trinta por cento), ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O valor da distribuição de dividendos foi de R$ 32.052.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	2.283.188	2.931.587
(-) Devoluções mercado interno	(22.615)	(26.649)
(-) Tributos incidentes sobre as vendas	(482.249)	(600.079)
Benefícios fiscais (Nota 23)	253.347	309.430
	2.031.671	2.614.289

21 Custos (despesas) e receita por natureza e função

	31/12/2023	31/12/2022
Por natureza:		
Matérias-primas e materiais de consumo	(990.416)	(1.268.058)
Manutenção	(108.381)	(153.964)
Pessoal e encargos	(179.929)	(147.020)
Fretes e carretos	(148.636)	(176.852)
Energéticos - energia e combustíveis	(139.856)	(97.246)
Depreciação e amortização	(44.958)	(38.682)
Gastos compartilhados	(39.113)	(41.365)
Perdas em operações de crédito	(5.568)	(2.912)
Créditos fiscais extemporâneos (a)	18.163	-
Contingências	2.613	(8.453)
Aluguéis e condomínios (b)	(50.791)	(35.807)
Outras	26.662	48.198
	(1.660.210)	(1.922.161)
Por função:		
Custo da mercadoria vendidos	(1.456.633)	(1.636.582)
Vendas	(214.615)	(230.342)
Perdas em operações de crédito	(5.568)	(2.912)
Administrativas e gerais	(62.769)	(59.885)
Outras receitas operacionais, líquidas (c)	79.375	7.560
	(1.660.210)	(1.922.161)

(a) Em 30/08/2018 a companhia protocolou ação sobre indébito de IRPJ e CSLL calculados sobre o lucro presumidos de ICMS, que até 2017 não era excluído da apuração da Sinobras. O transitado e julgado da homologação saiu em 15/04/2023. (b) São aluguéis de curto prazo, por prazos indeterminados e/ou arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor, os quais foram considerados como isenção para reconhecimento de direito de uso e obrigações por arrendamento, conforme previsão do CPC 06 (R2). (c) O aumento em outras receitas, decorre essencialmente do bônus de adimplência reconhecido na liquidação das debêntures junto ao BTG.

22 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	3.786	3.506
Descontos obtidos	111	216
Rendimentos de aplicações	19.350	15.743
Juros ativos	4.484	3.757
Juros ativos - créditos fiscais extemporâneos	14.943	29
Juros ativos com empréstimos a partes relacionadas	-	18.366
Juros ativos – notas comerciais	9.523	-
Outras receitas financeiras	8.201	7.805
	60.398	49.422
Despesas financeiras		
Juros passivos	(3.243)	(12.619)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	(1.430)	(260)
Encargos financeiros de debêntures	(13.498)	(19.737)
Juros de empréstimos de partes relacionadas	191	259
Descontos concedidos	(372)	(502)
IOF	(36)	(43)
Comissões e corretagens	(514)	(442)
Encargos financeiros sobre desconto de duplicatas	(2.460)	(12.843)
Outras despesas	(14.523)	(8.019)
	(35.885)	(54.206)
Variações cambiais		
Variações cambiais ativas	12.939	18.542
Variações cambiais passivas	(10.807)	(14.388)
	2.132	4.154
Resultado financeiro	26.645	(630)

23 Subvenções governamentais

a. Governo Federal - A Companhia possui benefício fiscal através da SUDAN - Superintendência do Desenvolvimento do nordeste, conforme Laudo Constitutivo n° 120/2018. Benefício: • Redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75%; • Período de vigência do benefício: 10 anos; • Período de fruição (ano calendário): 01/01/2018 a 31/12/2027. A Companhia registrou um benefício fiscal de redução de imposto de renda, no montante de R$1.291, em 31 de dezembro de 2023 (R$63.241 em 31 de dezembro de 2022), contabilizados como redução da despesa de imposto de renda. **b. Governo Estadual -** A Companhia possui benefício fiscal através de Resolução no estado do Pará. O benefício concede crédito presumido, calculado sobre o débito fiscal do ICMS, nas saídas dos produtos fabricados, de forma que a carga tributária líquida resulta em 2,04% para saídas internas e 1,66% para saídas interestaduais. Resolução nº 001/2010 - Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, com vigência a partir de 01/2010 até 12/2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu benefícios fiscais de ICMS, no montante de R$253.347 (R$309.430 em 31 de dezembro de 2022), contabilizados como redução da despesa de ICMS.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros). A política de gestão de riscos da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia decorrente da volatilidade dos mercados. A Companhia segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de gestão de riscos financeiros está a diversificação do *portfólio* de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações. **b. Gerenciamento dos riscos -** A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio, ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa. A Companhia foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo e, quando existentes, naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros. Os valores justos dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não diferem de forma significativa daqueles registrados nessas demonstrações financeiras. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

c. Composição dos saldos

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição	**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Instrumentos financeiro				
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado				
Aplicações financeiras	56.505	56.505	46.276	46.276
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	18.460	-	218.275	-
Conta a receber de clientes	152.449	-	237.673	-
Notas Comerciais	529.523	-	-	-
Partes relacionadas – mútuos financeiros	36.184	-	977.438	-
Total ativo financeiro	793.121	50.605	1.479.662	46.276
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Financiamento e empréstimos	46.211	46.211	11.728	11.728
Fornecedores	120.310	-	193.318	-
Debêntures	-	-	192.997	192.997
Outras contas a pagar	32.317	-	44.121	-
Partes relacionadas – mútuos financeiros	59	-	59	-
Total passivo financeiro	198.897	46.211	442.223	204.725

d. Riscos de mercado - *Risco de taxa de câmbio -* Parte do saldo de fornecedores da Companhia está suscetível a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o Dólar americano e Euro. Em 31 de dezembro de 2023 foram verificadas variações positivas em relação ao real de 7,21% e 15,34% respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, variações negativas de 6,50% e 13,73%). ***Risco de taxa de câmbio -*** A exposição da Companhia em moeda estrangeira pode ser identificada conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar em moedas estrangeiras	(12.077)	(80.909)
Déficit apurado	(12.077)	(80.909)

(continuação) Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial - A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no final do período, demonstrados a seguir:

		Moeda dólar ($000)	
		2023	**2022**
Passivo em moedas estrangeiras (dólar)	(a)	(2.012)	(14.954)
Passivos em moedas estrangeiras (euro)	(b)	(437)	(529)
Exposição líquida	(a+b)	(2.449)	(15.483)

Dada a exposição ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R$4,8413 e do euro R$5,3516 em 31 de dezembro de 2023; (ii) cenário possível: conforme prática de mercado e deliberação da Administração da Companhia, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar e euro, passando para R$6,0516 e R$6,6895, respectivamente; e (iii) cenário remoto, em que a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R$7,2620 e R$8,0274. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

		31/12/2023		
		Cenário provável	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Moeda dólar	Alta do dólar	4,8413	6,0516	7,2620
Moeda euro	Alta do Euro	5,3516	6,6895	8,0274

		31/12/2022		
		Cenário provável	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Moeda dólar	Alta do dólar	5,2177	6,5221	7,8266
Moeda euro	Alta do Euro	5,4529	6,8161	8,1794

Risco de taxa de câmbio - *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial* - Abaixo demonstramos a variação da exposição nos montantes de US$2.012 e €437 mil em 31 de dezembro de 2023 (US$14.954 e €529 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme o cenário demonstrado acima:

			31/12/2023		
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Passivos em moeda estrangeira	**(2.012)**	Alta do Dólar	-	**(2.435)**	**(4.870)**
Passivos em moeda estrangeira	**(437)**	Alta do Euro	-	**(585)**	**(1.169)**

			31/12/2022		
Instrumentos	**Exposição**	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Passivos em moeda estrangeira	(14.954)	Alta do Dólar	-	**(19.506)**	**(39.013)**
Passivos em moeda estrangeira	(529)	Alta do Euro	-	**(721)**	**(1.442)**

Risco de taxas de juros - O risco da taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos e debêntures. Os empréstimos e financiamentos e debêntures, emitidos a taxas variáveis, expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. A política financeira da Companhia tem por objetivo mitigar os riscos desde que os custos justifiquem os benefícios trazidos pela operação na redução da exposição em determinado índice ou moeda. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as debêntures e os empréstimos e financiamentos da Companhia, às taxas variáveis, eram denominados em reais. As taxas de juros contratadas para as debêntures e os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2023	**%**	**31/12/2022**	**%**
Financiamentos e empréstimos				
TR	**4.862**	**100%**	**11.728**	**5,73%**
	4.862		**11.728**	
Debêntures				
CDI	**-**		**105.266**	**51,42%**
IPCA	**-**		**87.731**	**42,85%**
	-		**192.997**	
	4.862		**204.725**	

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações com derivativos. ***Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros -*** A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros, considerando como cenário provável, o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os cenários possível e remoto foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre as taxas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

		2023		
Taxa		**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
TR	1,76%	(7)	**(8,75)**	**(10,5)**

		2022		
Taxa		**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
CDI	13,15%	(2.126)	**(2.658)**	**(3.189)**
TR	0,58%	(25)	**(31)**	**(38)**
IPCA	11,88%	(605)	**(756)**	**(908)**

Os efeitos na despesa financeira considerando os cenários provável, possível e remoto estão demonstrados a seguir:

	2023		
Taxa	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
TR	1,76%	**2,20%**	**2,64%**

	2022		
Taxa	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
CDI	13,65%	17,06%	20,48%
TR	1,74%	2,18%	2,61%
IPCA	5,79%	7,24%	8,69%

As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas a "Empréstimos e financiamentos" e "Debêntures", são apresentadas nas Notas 15 e 16. **e. Risco de liquidez -** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. Como política de gerenciamento para otimização do custo médio ponderado do capital e para mitigar os riscos de liquidez, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. Os valores relativos à recuperação judicial seguem o fluxo de pagamento determinado no plano. Quanto as operações comerciais com fornecedores fora do âmbito de recuperação judicial seguem o fluxo habitual de pagamento aplicado pelo Grupo Aço Cearense. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debentures e outras obrigações.

Descrição	**Valor contábil**	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**	**Mais que 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamento e empréstimos	46.211	(37.430)	(4.312)	(396)	(1.188)	(2.885)
Fornecedores	120.310	(106.546)	(6.692)	(976)	(4.548)	(1.548)
Outras contas a pagar	32.317	(20)	(27.731)	(360)	-	(4.206)
Total passivo financeiro	198.838	(143.996)	(38.735)	(1.732)	(5.736)	(8.639)

f. Risco de crédito - A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da Administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. A gestão de risco de crédito da Companhia, no intuito de mitigar esses riscos, adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o somatório dos respectivos valores contábeis, deduzido de quaisquer provisões para perda do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se, no montante de R$ 245.138 (R$1.261.387 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se a contas a receber de clientes, aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. O montante dessa provisão em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 23.141 (R$28.569 em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota 6). No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A Companhia mantém concentração máxima por banco de até 30% (trinta por cento) do total aplicado para o caso de bancos de grande porte e até 10% (dez por cento) do total aplicado para o caso de bancos de médio porte. Não serão admitidas aplicações em Bancos de pequeno porte. Para fins de classificação de porte será considerada a listagem publicada anualmente pelo Banco Central do Brasil, de acordo com o ativo total da instituição, considerando os dez primeiros bancos como bancos de grande porte, do 11º ao 30º como de médio porte, e 31º em diante como de pequeno porte. Aplicações financeiras com prazo de indisponibilidade de liquidez superior a 360 dias deverão contar com aprovação específica do Conselho de Administração. ***Qualidade do crédito -*** *Contas a receber de clientes* - Não há uma classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Dessa forma, as comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Companhia, situação financeira e conceito junto ao mercado, assim definindo limites de crédito, ao quais são monitorados regularmente. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela Administração, para a cobertura de eventuais perdas com a realização dos ativos. **g. Controles relacionados aos riscos -** A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação desses, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício. **h**. **Níveis de valor justo -** Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada abaixo: • Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Os valores justos dos financiamentos registrados nas Demonstrações financeiras aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem em sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilidade imediata. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. A mensuração dos valores justos demonstrados abaixo foi classificada como Nível 2 baseado na observação dos preços de mercado:

	2023			
		Valor justo		
	Valor contábil	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado				
Aplicações financeiras	**56.505**	**-**	**56.505**	**-**
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	**18.460**	**-**	**-**	**-**
Contas a receber de clientes	**152.449**	**-**	**-**	**-**
Notas Comerciais	**529.523**	**-**	**-**	**-**
Partes relacionadas – mútuos financeiros	**36.184**	**-**	**-**	**-**
Total ativo financeiro	**793.121**		**56.505**	
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	**46.211**	**-**	**46.211**	**-**
Fornecedores	**120.310**	**-**	**-**	**-**
Outras contas a pagar	**32.317**	**-**	**-**	**-**
Partes relacionadas – mútuos financeiros	**59**	**-**	**-**	**-**
Total passivo financeiro	**198.897**		**46.211**	

	2022			
	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado				
Aplicações financeiras	**46.276**	**-**	**12.616**	**-**
Custo amortizado				
Caixa e Equivalentes de caixa	**218.275**	**-**	**-**	**-**
Contas a receber de clientes	**237.673**	**-**	**-**	**-**
Partes relacionadas – mútuos financeiros	**977.438**	**-**	**-**	**-**
Total ativo financeiro	**1.479.662**		**12.616**	
Passivos Financeiros				
Custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	**11.728**	**-**	**11.728**	**-**
Fornecedores	**193.318**	**-**	**-**	**-**
Debêntures	**192.997**	**-**	**192.997**	**-**
Outras contas a pagar	**44.121**			
Partes relacionadas – mútuos financeiros	**59**	**-**	**-**	**-**
Total passivo financeiro	**442.223**	**-**	**204.725**	**-**

i. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

Diretoria

Composição do Conselho de Administração

José Vilmar Ferreira - Presidente

Maria Rosimeire Matos Ferreira - Vice-presidente

Wander Jean Matos Ferreira - Conselheiro

Rose Marie Matos Ferreira - Conselheira

Maria de Jesus Ferreira Corrêa - Conselheira

Composição da Diretoria

José Vilmar Ferreira - Presidente

Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa - Vice-presidente de Operações

Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães - Vice-presidente Comercial e Financeira

Responsável técnico

Renan Lacerda Lima - CPF nº 618.990.973-68 - Contador CRC-CE nº 13.516/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Administração e Conselho de Administração da **Siderúrgica Norte Brasil S.A.** Marabá – PA

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data,bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado -** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 28 de maio de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 S-CE; Pedro Barroso Silva Junior - Contador - CRC CE 021967/O-5.

Novelas

No Rancho Fundo
Hoje 4/6 – 18h00

Zé Beltino afirma a Zefa Leonel que se casará com Blandina. Zefa Leonel diz que Zé Beltino não sabe quem é Blandina, e Quinota intercede em favor do irmão. Ariosto se aproxima de Zefa Leonel, e descobre que Seu Tico Leonel saiu de casa. Com a ajuda de Marcelo, Deodora consegue enganar Seu Tico Leonel. Artur convida Guilherme Tell para ser seu padrinho de casamento, e o poeta questiona o amigo sobre Marcelo. Seu Tico Leonel pede perdão a Zefa Leonel, mas a mulher vê a marca de batom de Deodora em seu lenço.

No Rancho Fundo
Amanhã 5/6 – 18h00

Zefa Leonel expulsa Seu Tico Leonel de seu quarto, e sofre com a traição do marido. Seu Tico Leonel chora nos braços de Quinota. Deodora prevê sua vitória sobre Zefa Leonel. Blandina conta a Marcelo que está noiva. Vespertino ameaça Marcelo. Quinota confronta Deodora. Tia Salete incentiva Zefa Leonel a resgatar Seu Tico Leonel das mãos de Deodora. Vespertino se assusta com a fala de Deodora sobre Zefa Leonel e Quinota. Margaridinha e Benvinda enfrentam Corina Castello com a ajuda de Lola e Blanchette. Tia Salete estranha ao ver as sobrinhas na companhia das moças do cabaré.

Família é Tudo
Hoje 4/6 – 20h18

Vênus e Lupita se ferem e são levadas para o hospital. Guto decide ir até a galeria. Maya pensa em voltar para o Brasil. Tom avisa a Ramón que continuará investigando Paulina. Plutão ajuda Nicole no bar. Netuno/Léo se desespera ao ver Vênus sendo levada para o hospital. Leda se assusta com o comportamento de Arnaldo e foge. Enéas percebe o encantamento de Nicole com Plutão. Hans pede notícias de Vênus. Chantal informa Tom sobre o acidente de Vênus. O médico anuncia o estado de Lupita e todos se preocupam. Vênus acusa Hans de ser o culpado pelo atentado contra a galeria.

Família é Tudo
Amanhã 5/6 – 20h18

Hans se defende das acusações da prima. Vênus não aceita falar com Tom. Netuno/Léo se emociona ao falar com Vênus. A cirurgia de Lupita é um sucesso. Tom decide procurar Patty. Leda escolhe um novo pretendente pelo aplicativo de namoro. Paulina ouve Tom dizer que irá à procura de Patty. Tom volta a treinar, e Cláudio reage com despeito. Jéssica descobre que Luca pediu Electra em casamento. Lupita acorda da cirurgia. Júpiter fica com raiva ao saber que Guto gosta de Lupita. Vênus se emociona ao ver, com os irmãos, o estado da galeria.

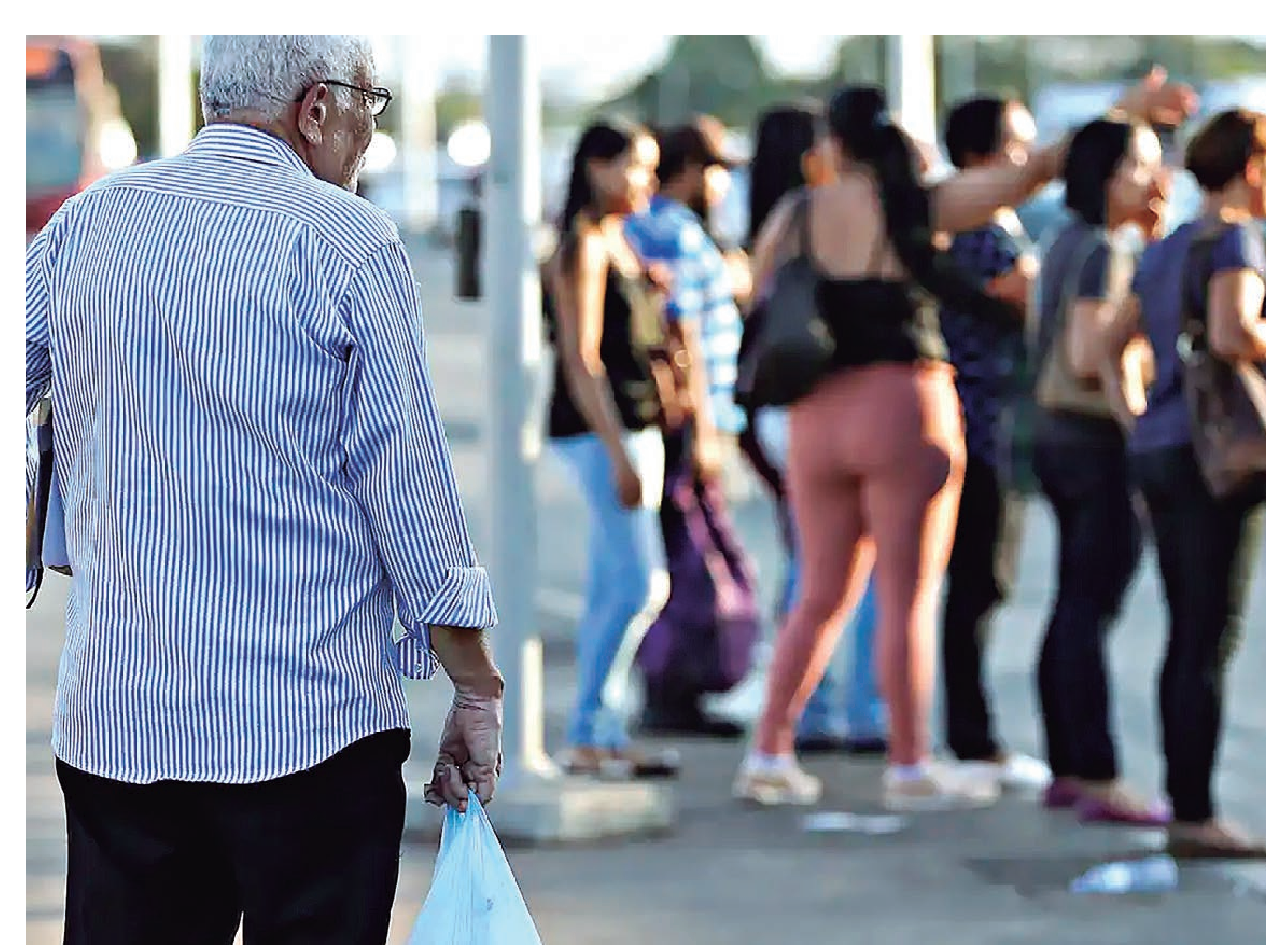
Renascer
Hoje 4/6 – 21h00

Inácia comenta com José Inocêncio que Teca sente saudade de seus amigos. Lu tenta convencer Bento de que a proposta de João Pedro de comprar suas terras pode ajudá-lo a quitar as dívidas. Ritinha reclama para Inácia do jeito distante de Damião. Damião intimida todos que tentam se aproximar de Eliana e garante que se ela quiser ele larga tudo para ir para o Rio com ela. Dona Patroa aconselha Eliana a deixar o vilarejo. Augusto recusa o pedido de empréstimo de Bento. Bento fica sem saber o que dizer quando Sandra lhe pede para advogar em favor de Dona Patroa no processo do divórcio. Inácia aconselha José Inocêncio a não envolver Bento no caso de Dona Patroa e Egídio. Bento avisa a Dona Patroa que Egídio está tentando passá-la para trás.

Renascer
Amanhã 5/6 – 21h00

Bento hesita em aceitar defender Dona Patroa no acordo de separação com Egídio. Kika avisa a Eliana que está mudando com Eriberto para São Paulo. Tião e Pastor Lívio conversam sobre as passagens da Bíblia. Egídio deixa claro a Dona Patroa que não concederá o divórcio. Bento confessa a José Inocêncio que não fez o exame da OAB. José Inocêncio expulsa Bento de casa com a roupa do corpo, e João Pedro acolhe o irmão na casa de Morena. Lu fica sabendo por Zinha que Bento não é advogado. Zinha, Morena e Deocleciano vão tocar no Forrobodó e Zinha se encanta por Joana. Norberto, Pastor Lívio e Bento se deparam com Du, Pitoco e Neno na venda.

Correio O JORNAL DE CARAJÁS
Portal de notícias: www.correiodecarajas.com.br



Os pacientes apresentaram diminuição significativa nos níveis de depressão e ansiedade. Além disso, os exercícios podem reduzir os efeitos adversos do tratamento do câncer.

SAÚDE

Estudo mostra benefício de exercícios em idosos com câncer

Efeitos positivos incluem redução da dor, náusea e ansiedade

Um estudo brasileiro envolvendo pacientes idosos mostrou os benefícios de exercícios físicos regulares durante tratamentos de câncer em estágio avançado. A pesquisa, apresentada no Encontro Anual da Sociedade Americana de Oncologia Clínica (ACSO), que termina nesta terça-feira (6), nos Estados Unidos, contou com a participação de 41 pacientes com idade média de 70 anos.

Durante 12 semanas, os pacientes, com câncer de mama, genitourinário e de pulmão, seguiram um programa de atividades que incluiu exercícios de resistência e aeróbicos por 3 a 5 horas semanais, divididas em 4 a 6 dias por semana.

Após a conclusão do programa de exercícios, os pacientes apresentaram diminuição significativa nos níveis de depressão e ansiedade. Também foram constatadas melhoras no estado físico, com redução das dores, da fadiga e da náusea. Além disso, os exercícios podem reduzir os efeitos adversos do tratamento do câncer.

"Podemos concluir que, alinhado com a recente literatura médica sobre o assunto, devemos estimular os pacientes a manterem-se fisicamente ativos e de preferência em prática de exercícios, independentemente de idade ou estágio de doença. Naturalmente, essa recomendação deve ser corroborada e monitorada pelo médico que conduz o caso", diz o coordenador do estudo, Paulo Bergerot, oncologista do grupo Oncoclínicas&Co.

Segundo Bergerot, o estudo reforça a recomendação da prática de atividades físicas para pacientes com câncer e destaca a importância de desenvolver programas que sejam acessíveis e personalizados, especialmente para a população idosa.

"Até poucos anos atrás havia um paradigma de que o paciente em tratamento de câncer deveria ficar descansando e resguardado. Sem dúvida as principais mensagens dos estudos dessa natureza são as de quebrar este paradigma", ressalta Bergerot.

CUIDADOS PALIATIVOS

Outro estudo brasileiro relacionado ao tratamento de pacientes com câncer apresentado no congresso relacionou os cuidados paliativos com a redução do número de mortes nas unidades de terapia intensiva (UTIs), em hospitais de alta complexidade em países em desenvolvimento.

Os cuidados paliativos são princípios que buscam aliviar a dor e o sofrimento em pacientes, melhorar sua qualidade de vida e auxiliar os familiares durante o tratamento e após a morte do paciente, em situações em que a doença não é mais tratável.

"Os cuidados paliativos são uma estratégia multidisciplinar de alívio de sofrimento, para pacientes que têm uma doença ameaçadora da vida. E quando a gente fala de sofrimento, não é só sofrimento físico, é também emocional, espiritual, social, que vem junto com um diagnóstico difícil não só para o paciente como também para a família e as pessoas que participam ativamente do seu cuidado", explica a coordenadora do estudo, Cecília Emerick Mendes.

A pesquisa avaliou 171 pacientes do Hospital Marcos Moraes, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e constatou uma taxa de óbitos de apenas 38% entre aqueles que foram incluídos nos cuidados paliativos, considerada baixa em relação a pacientes que estão em uma situação de doença irreversível, segundo Cecília.

"Oitenta por cento dos pacientes tiveram uma definição de plano de cuidado. Desses, 78% optaram pelo suporte não invasivo exclusivo. Entendendo que têm uma doença infelizmente irreversível, optaram para que, no momento de final de vida, fossem cuidados fora de unidades fechadas, na presença da família, e definiram quais eram suas prioridades e como deveríamos conduzir o seu caso", disse. "A maioria de nossos pacientes foi de alta para casa, com uma orientação para a equipe de saúde de como eles queriam ser cuidados."

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), apenas 14% dos pacientes que precisam de cuidados paliativos no mundo recebem esse tipo de atenção. **(ABr.)**

GERAL

Estudo mostra impacto financeiro da obesidade infantojuvenil no SUS

A obesidade infantojuvenil gerou um custo ao Sistema Único de Saúde (SUS) de R$ 225,7 milhões entre 2013 e 2022. É o que aponta pesquisa do Instituto Desiderata, Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

As internações de crianças e adolescentes no SUS tendo a obesidade como causa primária totalizaram apenas R$ 5,5 milhões, o que demonstra que a doença raramente é considerada como motivador de internação pelos profissionais de saúde.

"A tendência desses custos é aumentar. A obesidade infantojuvenil deve aumentar bastante na próxima década. A gente precisa de ações atuais para prevenir a obesidade. A obesidade é uma condição multifatorial. A gente costuma atribuir ao consumo de alimentos ultraprocessados o aumento da prevalência dos casos de obesidade. Além disso, a falta de atividade física e o aumento do tempo de tela também contribuem para o excesso de peso", disse Raphael Barreto, gerente de Obesidade do Instituto Desiderata.

O estudo levantou dados de sistemas públicos de informação em saúde do SUS, como o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A partir deles, foi idealizado um estudo de modelagem econométrica para aplicação no cenário brasileiro.

"Os novos métodos de modelagem são importantes como primeiros passos para estimar a carga econômica da obesidade que já ocorre na infância e adolescência, além de reforçar a urgência de políticas para prevenir o excesso de peso e a obesidade desde a infância", afirmou o pesquisador e também autor do estudo Eduardo Nilson, do Nupens/USP.

A pesquisa mostra ainda que crianças com obesidade apresentam maior risco de problemas de saúde durante a infância, como diabetes tipo 2, hipertensão, asma, apneia do sono, problemas músculo-esqueléticos e distúrbios metabólicos. Além disso, a obesidade infantil é um forte precursor de obesidade adulta, aumentando os riscos do surgimento das doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer.

"Os resultados do estudo mostram que é necessário fortalecer e ampliar políticas de controle e redução da obesidade infantojuvenil no Brasil, com estratégias de tratamento desta condição no SUS e políticas regulatórias e fiscais que promovam ambientes alimentares mais saudáveis, a exemplo da proibição da venda de produtos alimentícios ultraprocessados nas escolas", alerta Carolina Rocha, nutricionista e analista de Saúde do Instituto Desiderata.

O Atlas da Obesidade publicado pela World Obesity Federation (WOF) aponta que, até o ano de 2035, mais de 750 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos deverão viver com excesso de peso, o que representa duas em cada cinco crianças no mundo, sendo a maioria delas habitantes de países de renda média. No Brasil, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional aponta que cerca de 31% das crianças e adolescentes atendidos na atenção primária do SUS em 2022 estavam com excesso de peso.

"Se as atuais tendências de aumento do sobrepeso e da obesidade no Brasil forem mantidas até 2030, a prevalência entre adultos pode atingir 68,1% e 29,6%, respectivamente, o que resultará em 5,26 milhões de novos casos e 808 mil mortes por desfechos como doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e doença renal crônica", alerta Raphael Barreto.

A má alimentação e o excesso de consumo de alimentos ultraprocessados são algumas das principais causas desse aumento do sobrepeso e da obesidade no país. De acordo com o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil de 2019, 80% das crianças menores de dois anos já tinham consumido alimentos ultraprocessados, o que representa uma exposição prematura a alimentos não saudáveis.